



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

## COVILHÃ

ATA N.º 03-A/2021

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2021

INICIADA ÀS 14 HORAS E 45 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS e 20 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL</b>
ABERTURA .....	<b>02</b>
ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>05</b>
ORDEM DO DIA .....	<b>41</b>
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO .....	<b>80</b>
ENCERRAMENTO .....	<b>80</b>

ATA N.º 03-A/2021ABERTURA

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, no Grande Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde, sito em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - Aprovação de Atas**

**1.2 - Intervenções**

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;**

**2.2 - Proposta de Orçamento para 2022, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos; (Aprovação)**

**2.3 - Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio a Reconstrução de Habitações, Afetadas por incêndios de Grandes Dimensões no Município da Covilhã; (Aprovação);**

**2.4 - Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa - Aquecimento Escolar – Ano Letivo 2021/2022; (Aprovação)**

**2.5 - Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de São Jorge da Beira (Aprovação);**

**2.6 - Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Ferro (Aprovação);**

**2.7 - Constituição da Comissão de Toponímia - mandato 2021/2025 - Eleição de um Representante da Assembleia Municipal.**

**3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia em substituição de Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Lino Fernandes Torgal em substituição de Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino em substituição de Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dra. Joana Filipa Real Sardinha em substituição de Afonso Manuel Mousaco Gomes e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboia), Paulo Jorge da Silva Maças Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores Eng.º Jorge Humberto Martins Simões em substituição de Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof. Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Dr. Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira; e, do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, a Técnica Superior Dra. Ivone Franco Correia. -----

Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação, **foi** a mesma **aprovada por maioria, com 39 votos a favor e 1 abstenção do Membro Municipal Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**. -----

**Não participaram na votação, por se encontrarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto)**. -----

## 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1.1 - APROVAÇÃO DE ATAS

--- Submetida a **ata n.º 01/2021 de 12 de março de 2021**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia, Lino Fernandes Torgal, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada) e António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo). -----

Não participaram ainda na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

--- Submetida a **ata n.º 03/2021 de 25 de junho de 2021**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia, Lino Fernandes Torgal, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada) e António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo). -----

Não participaram ainda na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

--- Submetida a *ata n.º 01-A/2021 de 20 de outubro de 2021*, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, *foi* a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia, Lino Fernandes Torgal, Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada). -----

Não participaram ainda na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

## 1.2 - INTERVENÇÕES

--- Relativamente ao Expediente, foram intervenientes os seguintes Membros Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: (**Doc. 01**) -----

*“De acordo com o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, (alínea d) do n.º 2, do artigo 25.º, do RJAL) solicitar e receber informação, através da Mesa, e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores. -----*

*Ora, a alínea k) do n.º 1, do artigo 29.º do mesmo regime jurídico, diz que compete à Mesa da Assembleia Municipal, comunicar à Assembleia Municipal a recusa da prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como a falta de colaboração por parte da Câmara Municipal ou dos seus membros. -----*

*Como é do conhecimento desta Assembleia Municipal, e de V. Ex.ª, tenho sinalizado a ausência de resposta da Câmara Municipal a diversos requerimentos efetuados pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV. -----*

*Porém, desconheço, e penso que toda a Assembleia não tem conhecimento, do número de requerimentos apresentados pelos seus membros a pedir informações ou documentos. -----*

*Assim como, não temos conhecimento do número de respostas dadas. -----*

*Levando em conta que a resposta a um requerimento na Administração Pública é de 10 dias úteis... e não estando definido prazos específicos de resposta no Regime Jurídico aplicável... aplica-se a Lei geral do direito à informação... -----*

*Levando em conta o exposto, o grupo municipal da CDU – PCP/PEV solicita ao Senhor Presidente da Mesa que informe o grupo municipal requerente e a Assembleia Municipal do número de Requerimentos/Pedidos de informação apresentados por cada membro da Assembleia Municipal e o número de respostas dadas pelo Executivo, durante o mandato de 2018-2021.” -----*

Continuou abordando o email enviado pelo Senhor José Luís Santos “a dar conta da existência de problemas com o ruído da abertura de um bar. Levando em conta a exposição que é feita, aquilo que recomendava e solicitava à Câmara era que verificasse a situação, que confirmasse se, de facto, esta situação existe e que depois informasse à Assembleia das diligências efetuadas, da verificação ou não da situação descrita, para que fosse possível uma apreciação mais cuidada e aprofundada da situação.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, focou o mesmo ponto, anteriormente abordado, relativo aos requerimentos apresentados pelos Membros Municipais. -----

Relembrou a apresentação, “há cerca de 3 anos, de dois requerimentos. O Código do Procedimento Administrativo diz-nos que a Câmara Municipal tem 10 dias para responder. Voltei a fazer um requerimento depois disso a exigir a resposta aos requerimentos que ainda não obtivemos e, mais uma vez e com muita pena, venho no mandato subsequente novamente questionar qual é a resposta a esses requerimentos: um sobre o Relatório de observância do Estatuto do Direito de Oposição (que é feito em março de cada ano e que gostaríamos de ter acesso a eles – tivemos acesso a um até agora); outro sobre a prestação de contas das empresas municipais (que têm de ser trazidas legalmente a este órgão a cada 3 meses e aconteceu uma vez no mandato anterior); e outro a ver com a eventual perda de mandato dos corpos sociais dos órgãos das empresas por incumprimento da Lei. -----

Faço aqui um 2.º requerimento a exigir resposta aos dois requerimentos anteriores.” -----

Relativamente também ao email enviado pelo Senhor José Luís Santos, referiu que esse tipo de assunto tem de ser avaliado, salientando um dos últimos parágrafos do mesmo em que diz que “notificou a Câmara e que, passados 2 meses, ainda não obteve resposta. -----

Por isso, devemos incitar a Câmara a que responda com mais celeridade.” -----

Continuou referindo-se a um email da Assembleia Municipal “com uma proposta de novo Regimento da Assembleia Municipal para informação e apreciação por parte dos membros do órgão. -----

Sendo uma proposta e não tendo sido votada agora a introdução desse ponto na Ordem de Trabalhos de hoje, estou a presumir que será uma proposta para futuro e não para ser votada nesta Assembleia Municipal. Se for esse o caso, no final do Período do Antes da Ordem do Dia tenho uma proposta a fazer sobre esta matéria a apresentar.” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que, relativamente às respostas aos requerimentos apresentados, “aguardamos resposta da Câmara. Esperemos que seja mais célere neste mandato.” -----

No que diz respeito ao email enviado pelo Senhor José Luís Santos, informou da existência de um “dossier” em que tinham sido solicitados pareceres de várias entidades, tendo já sido emitidos alguns pareceres, aguardando-se o recebimento dos restantes para se responder a esta situação.

“Logo que tenhamos respostas, comunicaremos à Assembleia Municipal. -----

Quanto ao Regimento, o Senhor Deputado sabe o que se passou. O novo Regimento da Assembleia Municipal não chegou a ser aprovado e, para não estarmos a perder tempo, apresentámos este Regimento que tinha sido feito no anterior mandato. Se estiverem de acordo, podemos fazer uma reunião para discuti-lo para depois poder ser posto para aprovação. Foi por isso que apresentámos esse novo Regimento. É ligeiramente diferente do anterior.” -----

--- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** fez a seguinte intervenção: -----

“Apesar do tempo de comemoração do final do ano em situação de pandemia, vivemos hoje um momento pré-eleitoral e de campanha para a Assembleia da República. -----

Saudamos os profissionais de saúde que continuam na linha da frente a dar resposta à nova vaga de Covid. -----

Saudamos também os trabalhadores da nossa Autarquia que asseguram a concretização dos serviços essenciais. -----

Saudamos todos os eleitos que se têm empenhado na ajuda às populações, nomeadamente os mais idosos no transporte para o Centro de Vacinação. -----

À par desses momentos difíceis, temos que assegurar que a vida continua e que as instituições funcionem, dando resposta ao que é necessário fazer na defesa da saúde pública e proteção das populações. -----

Vivemos um momento marcado pelas opções do PS, do Presidente da República e do PSD que, por diferentes razões, preferiram eleições em vez de soluções. -----

O PS fê-lo porque tem a ambição, que não esconde, de sair das eleições com as condições que lhe permita fugir da influência e do condicionamento do PCP e da CDU, ficando assim mais solto para fazer aquilo que sempre fez quando liberto dessa influência, ou seja, manter no essencial os critérios objetivos da política de direita que o PSD obviamente partilha. -----

Sim. É bom que ninguém se esqueça que cada avanço, cada progresso, cada conquista alcançada nos últimos anos tem a marca da CDU, da sua intervenção e iniciativa. -----



Foi esta iniciativa que, juntamente com a luta dos trabalhadores e das populações, forçou cada um desses avanços, cada uma dessas conquistas, muitas vezes enfrentando as resistências e mesmo a recusa inicial do PS. Mas nunca se desistiu. -----

Nunca desperdiçámos nenhuma oportunidade para melhorar as condições de vida do nosso Povo e por isso aqui estamos em condições de afirmar que honramos os nossos compromissos. -----

Com a confiança que resulta do trabalho feito podemos afirmar, de cara levantada, que o voto na CDU é um voto que contou para tudo aquilo que se conseguiu alcançar e que contará para muito que ainda nos falta conquistar. -----

O voto na CDU contou, de forma decisiva, para a reposição de salários e de outros direitos roubados como os feriados e os complementos de reforma, para a reposição do direito ao pagamento por inteiro do subsídio de Natal. Contou para o aumento do Salário Mínimo Nacional ainda que aquém do necessário. Contou para o fim dos cortes nas pensões e o seu aumento extraordinário em 5 anos consecutivos a 1 milhão e 800 mil pensionistas e reformados. Contou para a valorização do abono de família e outras importantes prestações sociais. Contou também para o alívio do IRS sobre os rendimentos do trabalho, designadamente os mais baixos rendimentos e intermédios com a redução das taxas e a criação de dois novos escalões e com o alargamento do mínimo de existência, bem como com a eliminação da sobretaxa. Contou decisivamente para assegurar a gratuidade dos manuais escolares dos 12 anos da escolaridade obrigatória e para a redução do valor das propinas no ensino superior. Contou para a redução das taxas moderadoras da saúde, para o alargamento da contratação de médicos e enfermeiros e para a redução dos custos dos medicamentos. -----

O voto da CDU contou para a redução dos preços da energia que não foi mais longe porque o PS se juntou ao PSD para o impedir. Contou para os apoios às micro, pequenas e médias empresas, para a redução do IVA na restauração e a eliminação do pagamento especial por conta. Contou para a reposição dos direitos dos baldios, para a redução de custos com combustíveis para os agricultores. Contou de forma decisiva quando a fase mais aguda da epidemia houve que garantir os salários aos trabalhadores em lay-off, assegurar a proteção social aos mais afetados pelos impactos da Covid-19 e adotar medidas de emergência que se colocaram ao serviço do Serviço Nacional de Saúde. -----

A importância do voto na CDU mede-se, não apenas por aquilo que se alcançou, mas também por aquilo que se impediu. Sim. Impediram-se medidas de ataque a direitos, cortes de salários e pensões, privatização de empresas, projetos de subversão da Constituição há muito ambicionados pela direita e agora novamente anunciados. -----

Este é um caminho de que nos orgulhamos e de que os trabalhadores e o Povo, estamos certos, não esquecem. -----

O voto na CDU contou e conta como nenhum outro para construir um futuro melhor para o nosso Povo, para abrir e percorrer os caminhos. Uma política de alternativa. Uma política que dê prioridade à solução dos problemas nacionais que a política de direita acumulou. Uma política alternativa que reclame um Governo capaz de concretizar com todos os que deem prioridade às soluções que a situação exige. Isto é tanto mais importante quando se percebe que estão em curso

manobras para garantir que a política de direita fique com o caminho livre e sem sobressaltos. É ver o poder económico a partir dos seus prolongamentos mediáticos a puxar pela bipolarização entre PS e PSD a ver se enganam os portugueses, ressuscitando o embuste das eleições para Primeiro-Ministro quando a verdade, como ficou à vista em 2015, é que vamos eleger os 230 Deputados. -----

Por último, saudamos a gratuidade das creches para todas as crianças independentemente dos escalões, uma conquista que é inseparável da proposta, da intervenção e da persistência do PCP para alcançar este objetivo. Uma proposta que não constava do programa do PS, nem do governo do PS e que, só com a existência do PCP na sua implementação, permite que a gratuidade das creches para todas as crianças, de enorme importância para as crianças e para as famílias, fique inscrita em Lei com uma concretização plena em 2024. -----

Num país com um grau de défice demográfico, a gratuidade no acesso à creche é um elemento de segurança para as famílias que desejam ter o primeiro filho, bem como para aqueles que tendo já filhos nesses grupos etários desejam ter mais filhos.” -----

--- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 02)** -----

*“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia -----*

*Confesso que estes 20 anos de ausência da Assembleia Municipal me trouxeram saudades. -----*

*Se imaginarmos que há 20 anos a maioria dos que aqui estão usavam telefones Nokia, que a Internet era coisa para entendidos, que as televisões ainda ocupavam metade da sala, notamos que muita coisa foi mudando nas nossas vidas. -----*

*Por outro lado, sinto que pouco mudou por aqui... -----*

*Com o Simplex Autárquico de 2011 e a legislação aprovada em 2012, a transmissão online das assembleias municipais e sessões de câmara passou a ser coisa banal... Exceto aqui! -----*

*Percebemos que o complexo do Interior está muito mais dentro de algumas cabeças do que em algo que seja inevitável... -----*

*Fibras óticas, data centers, inovação digital, nada... Por aqui, iguais há 20 anos nesta Assembleia Municipal! -----*

*Mas o assunto que aqui me traz é a Comunidade Intermunicipal, ou a saída dela! -----*

*Ouvimos há poucas semanas, com grande estupefação, a intenção do Sr. Presidente da Câmara em abandonar a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. -----*

*E mais estranho se torna quando a própria Ministra da Coesão Territorial vem colocar esta intenção no plano da fantasia. -----*

*Só motivos muito fortes poderiam levar a Covilhã, neste momento, a sair de uma comunidade intermunicipal consolidada, existente há mais de 14 anos. -----*

*Uma decisão destas teria que partir de uma alteração estratégica de todo o Concelho da Covilhã, discutida e decidida por todos os seus órgãos políticos. -----*

*Ora, não tendo sido debatido este assunto, não tendo sido colocado em qualquer dos fóruns que regem a nossa cidade, ignorando os vizinhos de Belmonte e Fundão, como é possível lançar uma questão destas para a Comunicação Social, sem que tenha havido um mínimo de debate relativo ao assunto? -----*

*Como é possível ter apresentado a ligação ferroviária à Guarda como estratégica, e agora achar que para Sul é que é o caminho? -----*

*A Comunidade Intermunicipal reúne 15 concelhos que têm como forte união a Serra da Estrela. ---*

*Este território é sem dúvida aquilo que nos diferencia de todas as outras regiões do país, tem características geográficas e geológicas específicas, história e costumes que nos tornam únicos, constituindo ele próprio um forte atrativo turístico. -----*

*Também é certo, que os objetivos que nortearam a criação desta comunidade, ainda estão muito aquém daquilo que poderia ser o máximo aproveitamento desta ligação territorial e administrativa. -----*

*Temos que traçar objetivos conjuntos, desenvolver estratégias comuns a nível económico e social.*

*A melhoria da oferta das redes rodoviária e ferroviária, o fortalecimento das ligações transfronteiriças, a coordenação conjunta da proteção civil, os objetivos ambientais, devem ser pontos em que devemos trabalhar conjuntamente, porque todos eles são objetivos comuns aos concelhos que integram esta comunidade. -----*

*E não é difícil ir buscar bons exemplos de comunidades intermunicipais que o conseguiram. A nós tem que nos nortear a discussão, o trabalho e a implementação dos programas e projetos que nos poderão levar a uma região mais forte, mais resiliente, que crie mais economia e mais emprego, e que nos afaste da fatalidade do Interior resignado que nada faz para combater a sua própria realidade. -----*

*Resta-nos esperar, tal como a Ministra da Coesão Territorial, que tudo não tenha passado de um mero desabafo, um estado de alma, porque só assim se entende que tal possibilidade tenha sido colocada em cima da mesa. -----*

*Senhor Presidente, não divida para reinar, trabalhe e una esforços para realizar!" -----*

*--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS), após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: (Doc. 03) -----*

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e distinta mesa, -----*

*Senhor Presidente da Câmara Municipal e respeitável Vereação, -----*

*Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----*

*Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, -----*

*Prezados colaboradores do Município, -----*

*Senhoras e Senhores jornalistas, -----*

*Estimado público, -----  
Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----*

*Dada a época festiva que vivemos, permitam-me que comece por desejar a todos continuação de boas festas e que o ano novo que se aproxima permita a cada um de vós as realizações que desejam e, coletivamente, nos traga progresso, prosperidade e o virar de página na pandemia que vivemos.*

*Por ser a primeira Assembleia ordinária permitam-me que faça também uma saudação de felicitação a todos aqueles que se apresentaram a eleições e dignificaram a democracia e a eleição desta maioria do Partido Socialista que foi de novo sufragada e reconduzida, pela vontade da maioria dos covilhanenses, para governar os destinos do nosso Município e da maioria das Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho. -----*

*Felicito na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, todos os eleitos e quero desejar a todos, sem exceção, votos de um bom mandato a bem dos nossos concidadãos, pelo progresso e desenvolvimento da nossa terra e do nosso Povo. -----*

*Senhor Presidente, -----  
Senhoras e Senhores Deputados, -----*

*Após as eleições autárquicas e o Chumbo do Orçamento de Estado para 2022 na Assembleia da República – de forma incompreensível e inexplicável para o Partido Socialista e para a grande maioria dos portugueses – Portugal prepara-se para ir de novo a eleições no próximo dia 30 de janeiro. -----*

*Desta vez para escolher a nova composição da Assembleia da República que decidirá qual o futuro Primeiro-ministro e o próximo Governo de Portugal. -----*

*Ora Portugal, como o resto do mundo está a braços com o combate a uma pandemia. Portugal tem-se destacado aliás – a nível mundial – pela forma eficaz como tem combatido esta emergência sanitária. A Europa, procurando atenuar a crise económica e social que vem por arrasto, desenhou um ambicioso plano de apoio financeiro aos Estados membros para fazer face à situação e apoiar a economia e as pessoas. -----*

*É com este enquadramento que vamos para eleições e dada a circunstância e a importância do momento quero nesta intervenção relembrar o que está em causa e qual a escolha que os portugueses serão chamados a fazer. -----*

*No próximo dia 30 de janeiro, a escolha é simples e os portugueses terão que escolher entre duas visões de país e duas estratégias distintas para Portugal. -----*

*Os portugueses terão que escolher entre: -----*

*1) O PSD que tem como programa o regresso ao passado do empobrecimento programado “porque vivemos acima das possibilidades”; o regresso ao passado das políticas de austeridade porque “devemos ir além da troika”; o regresso ao tempo de desinvestir no Serviço Nacional de Saúde porque os “privados gerem melhor”; o regresso ao passado da*

*redução das pensões porque os mais velhos “são uma peste grisalha”; do regresso ao passado da imigração como única esperança para as gerações mais novas; -----*

*II) E o Partido Socialista, que desde 2015 demonstrou com resultados, haver outro caminho, com uma estratégia que devolveu confiança, devolveu auto-estima, que recuperou o país, que recuperou a economia, recuperou o emprego, devolveu rendimentos às famílias e aos trabalhadores, repôs as pensões e as prestações sociais para quem mais precisa e repôs Portugal no caminho do crescimento económico, do combate ao desemprego, do desenvolvimento social e na vanguarda do progresso. -----*

*Em bom rigor, no próximo dia 30 de janeiro, é esta a escolha que os portugueses terão que fazer. Entre o regresso ao passado com o PSD ou a confiança e a esperança no futuro com o Partido Socialista. -----*

*E chegados aqui, vale a pena lembrar um pouco do que foram os Governos do PSD e do CDS entre 2011 e 2015 e comparar com aquilo que têm sido os resultados da Governação do Partido Socialista e do Primeiro-ministro António Costa, desde 2015. -----*

*Vale a pena lembrar que ao contrário daquilo que o PSD de Passos Coelho então prometera na campanha – que não haveria aumento de impostos – a primeira medida que tomaram foi o aumento do IVA resultando em milhares de encerramentos de PME’s e desempregados; -----*

*Vale a pena lembrar que foi o Governo PSD-CDS que para além do IVA aumentou também o IMI, os impostos sobre os combustíveis, os impostos sobre o tabaco, as portagens e criou as Taxas Moderadoras afastando muitos pobres e idosos dos cuidados de saúde. -----*

*Vale a pena lembrar que foi o Governo PSD-CDS que promoveu a agregação de Freguesias aumentando o isolamento das nossas Aldeias e que é agora pela mão do Partido Socialista que nesta Assembleia seremos em breve chamados a pronunciarmo-nos pela correção dessa injustiça, nomeadamente no processo de desagregação da União de Freguesias de Casegas e Ourondo. ----*

*Vale a pena lembrar que foi o Governo PSD-CDS que fechou tribunais, fechou postos de GNR, fechou escolas e centros de saúde, aumentando o despovoamento e o sentimento de abandono de muitas populações, sobretudo do interior. -----*

*Vale a pena lembrar que foi o Governo PSD-CDS que desinvestiu no Serviço Nacional de Saúde e que entre 2011 e 2015 perdeu mais de 8500 profissionais. -----*

*Mas vale também a pena lembrar que foi o Governo PSD-CDS que promoveu os cortes das pensões de reforma, os cortes nos salários da função pública, os cortes no complemento solidário para idosos, os cortes nas pensões de viuvez, nos abonos de família e nas pensões não contributivas como o RSI abandonando os mais fragilizados e que a sorte, há muito abandonou. -----*

*Mas felizmente e para bem dos portugueses e de Portugal, em 2015, o Partido Socialista formou Governo e o Primeiro-ministro António Costa acabou com a “TINA”. -----*

*Lembram-se do famoso “There Is No Alternative” – ou em bom português “Não há alternativa”? –*

*Pois bem, o Partido Socialista e António Costa demonstraram o contrário! -----*

*E de um país deprimido, acabrunhado e em acelerado estado de empobrecimento, o Partido Socialista restaurou a auto-estima dos portugueses, demonstrou que era possível cumprir os compromissos financeiros assumidos, colocar a economia a crescer e alavancar a criação de emprego e a criação de oportunidades para os mais novos. -----*

*Com o PS, afinal Portugal tinha futuro, não deixando ninguém para trás e olhando para os mais pobres e desfavorecidos. -----*

*Com o PS, Portugal conseguiu cumprir os compromissos internacionais e simultaneamente obter o deficit orçamental mais baixo da sua história. -----*

*Com o PS, Portugal conseguiu aumentar a captação de investimento estrangeiro que subiu mais de 20% entre 2015 e 2021 representando já 75% do PIB; -----*

*Com o PS, o PIB de Portugal cresceu acima do PIB da EU até 2020 – ano da pandemia – e prevendo-se que esse caminho – e apesar da pandemia – seja já retomado em 2022. -----*

*Com o PS, Portugal tem aumentado o seu Salário Mínimo Nacional mais de 40% desde 2015 e com isso valorizando e dando dignidade mínima ao fator do trabalho. -----*

*Mas não foi apenas o Salário Mínimo Nacional que subiu; -----*

*Com o PS, Portugal passou de um rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem de 834€ em 2015, para 1022€ no 3.º trimestre de 2021. -----*

*Com o PS, Portugal investiu como nunca no Serviço Nacional de Saúde que tem hoje mais de 28 mil – ouviram bem – 28 mil profissionais de saúde do que em 2015; comparando com a redução de 8500 profissionais dos Governos PSD-CDS entre 2011 e 2015. -----*

*Graças ao nosso SNS e aos seus profissionais, Portugal é hoje o país do mundo com maior taxa de vacinação e uma referência no combate à pandemia da COVID19. -----*

*Caro Presidente -----*

*Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----*

*Podia continuar com este exercício, mas por economia de tempo não me é possível. -----*

*Espero que daqui até ao dia das eleições seja possível prosseguir este exercício e sobretudo apresentar e discutir as propostas para o futuro de Portugal. -----*

*Não quero terminar esta intervenção sem uma referência à cerimónia que ocorreu no Salão Nobre da Câmara Municipal no passado dia 15 de dezembro. -----*

*A cerimónia com a presença do Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, para assinatura do contrato de financiamento da estratégia Local de Habitação, entre o Município da Covilhã e o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. -----*

*O contrato prevê um financiamento superior a 5 milhões de euros, numa Estratégia Local que prevê um investimento superior a 14 milhões de euros. -----*

*A habitação é um direito básico que todos os portugueses têm consagrado na Constituição da República, e porventura aquele que mais atrasado ficou desde o 25 de abril de 1974; -----*

*Desde a revolução de abril, Portugal foi conseguindo construir um SNS para dar respostas na saúde; uma rede de ensino público para dar respostas na educação nos diversos graus; um sistema de apoios sociais para prestar apoio na velhice, na doença, no desemprego, na miséria; -----*

*Infelizmente chegamos até aqui sem conseguir dar resposta a este direito básico e indispensável para que efetivamente o cidadão o seja de corpo inteiro, isto é, tendo o direito a uma habitação digna com condições de construir o seu lar. -----*

*Pois chegou esse tempo, pela mão do Partido Socialista e esse tempo também chegou à Covilhã pela mão do Senhor Presidente da Câmara, Vítor Pereira. -----*

*Enquanto líder da bancada do PS nesta Assembleia, é com enorme orgulho que saúdo o Executivo Municipal pela aprovação da Estratégia Local de Habitação da Covilhã e o Senhor Presidente da Câmara Municipal pela ambição e pelo objetivo traçado de tornar a Covilhã um concelho em que a sua população, estará no curto prazo, totalmente alojada em condições de dignidade e conforto, cumprindo a Constituição da República o que só nos pode orgulhar. -----*

*Disse.” -----*

**--- Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 04)** -----

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----*

*Senhores Membros da Assembleia Municipal -----*

*Senhor Presidente da Câmara Municipal e demais representantes -----*

*Senhores munícipes presentes -----*

*A perseguição do bem-estar e da qualidade de vida dos nossos munícipes, deve ser alvo de um processo de melhoria constante que nos obrigue a adotar, a cada momento, soluções que satisfaçam aqueles desideratos. -----*

*Ainda assim, acreditamos que não devemos andar, permanentemente, a substituir processos, ou modelos organizativos, que, não se tendo revelado como inadequados, não tenham amadurecido o tempo suficiente para poderem ser abandonados. -----*

*Vem isto a propósito de notícias, recentemente vindas a público, da apetência manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara para abandonar a CIM-BSE para poder integrar o nosso município na CIM-Beira Baixa. -----*

*Se é certo que os municípios da Cova da Beira já estiveram incluídos num território antes designado como Beira Baixa, não é menos certo que encontram mais afinidade com a Serra, que estrutura o território da CIM-BSE. Tradicionalmente, a nossa atividade, em termos económicos, culturais, sociológicos e outros, teve sempre mais ligação com a serra, do que com a planície que marca o território da CIM-Beira Baixa. -----*

*Relembro que a própria sede, da CIM-BSE, esteve localizada no nosso concelho até 2013, tendo sido posteriormente transferida para a Guarda por altura da eleição, do Senhor Presidente da Câmara da Covilhã, para a presidência daquele organismo. -----*

*Estou certo de que o Senhor Presidente da Câmara terá razões sólidas para preferir esta aproximação. Certo é que eu, como tantos outros munícipes, não as conseguimos alcançar. A título exemplificativo, refira-se que, segundo o Instituto Nacional de Estatística, o produto da CIM-BSE é mais do que o dobro do produto da CIM-Beira Baixa. A população corresponde, na nossa CIM, a 2,6 vezes a população da CIM-Beira Baixa. -----*

*Uma eventual mudança terá que ser suportada em fortes razões e não poderá deixar de considerar esta realidade. Até porque, como é habitual, circulam já demasiados rumores. Que será ditada por razões geo-estratégicas, ou antes por afinidades territoriais ou, até, por afinidades políticas. Inclusivamente, há quem advogue que, com esta transferência, se pretende reforçar a posição hegemónica do PS na CIM-Beira Baixa, conduzindo o Senhor Presidente da Câmara à respetiva presidência. -----*

*Ainda que não se possam acolher estas teorias como sólidas, é indispensável que as verdadeiras razões sejam explicadas aos munícipes. Uma alteração estrutural, desta dimensão, não pode ficar ensombrada por qualquer dúvida ou suspeita. Assim, entendemos ser de capital importância que o Senhor Presidente da Câmara se digne expor as vantagens que essa mudança possa acarretar, por contraponto às desvantagens que a continuidade na CIM-BSE possa representar. -----*

*Tenho dito.” -----*

--- Tendo o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** chamado a Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD) para intervir de seguida, o **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)** alertou a Mesa da Assembleia Municipal que ainda não tinham sido chamados neste ponto. -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que, “como não houve indicação nenhuma a não ser do PSD dentro do grupo que concorreu às eleições, resolvemos dar a palavra a toda a gente como independentes porque não se constituíram como grupo. O único grupo foi o PSD que fez a sua comunicação e indicou as pessoas que faziam parte desse grupo. Se não se constituíram ficam como independentes. Os outros grupos estão constituídos e não há dúvidas sobre eles. Sobre o grupo que concorreu às eleições, como só houve a comunicação do grupo do PSD, os outros são todos independentes. -----

Não se tira a palavra a ninguém. Foi por isso que deixei que se inscrevessem todos. Vão todos falar. Falam naturalmente não como constituição de grupo municipal porque nem sequer comunicaram isso que é o que diz o Regimento.” -----

- O Membro Municipal **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)** informou que, “do grupo que concorreu às eleições, a coligação acaba no dia das eleições. Portanto, não sei que coligação é que está a falar. É aquilo que está na Lei. -----

Aquilo que acontece é que as coligações acabam. Uma coligação de dois partidos forma o grupo municipal de dois partidos. Se o Senhor Presidente quer fazer *jogada política*, nós requeremos a constituição do grupo municipal. Mas aquilo que está a dizer viola a Lei e o Regimento não vale mais do que a Lei.” -----



- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que não fazia “jogadas políticas”. “O que diz o Regimento é que têm que comunicar o seu grupo, como fez o PSD, como fez o PS, onde tem que vir a sua constituição e as assinaturas dos seus proponentes.” -----

- O Membro Municipal **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP)** solicitou a palavra para dizer que estava espantado por “o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa estivessem entretidos nesta jogada, não política, mas administrativa e não tivesse a amabilidade e a hombridade de comunicar de que não iriam dar a palavra ao grupo do CDS-PP.” Comunicou que iriam apresentar de imediato a constituição do grupo municipal do CDS-PP.” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** pediu para não insinuarem “nem jogadas políticas, nem de falta de hombridade que não me atrevera a dizer isso de ninguém nesta sala e não admito que o digam de mim. -----

Aquilo que foi, que é e que diz o Regimento é que tem que ser os grupos a comunicar ao Presidente e à Mesa da Assembleia Municipal. Deveria ter visto isso e deveria ter lido o Regimento. Desconhecimento?! Então não faça acusações. Também não lhas faço a si, nem lhe chamo nomes. É uma questão de respeito e termos o cuidado de ter respeito uns pelos outros. Não faço nenhuma jogada política, nem teria qualquer vantagem em fazer uma jogada política. Nem falta de hombridade. Acho que não posso ser acusado disso.” -----

- O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra - Dr. Marco António Barreiros Gabriel** contextualizou que se estava no Período do Antes da Ordem do Dia. “O que foi sempre hábito nesta Assembleia foi que há uma inicial intervenção dos grupos municipais e aquilo que diz o Regimento no artigo 25.º, n.º 2 é que “*Em cada sessão ordinária cada Grupo Municipal terá direito a uma intervenção para uma declaração política de 4 minutos.*” -----

Não estando constituído o grupo municipal, não há essa intervenção. -----

No outro Período toda a gente pode participar. -----

Não é estar a dar a cada um dos elementos que não se constituíram como grupos municipais esta intervenção de 4 minutos de acordo com os grupos municipais.” -----

--- **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 05)** -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal; -----*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores; -----*

*Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia Municipal e digníssimos presidentes das juntas de freguesia; -----*

*Exmos. Técnicos e funcionários da autarquia; -----*

*Exmos. Senhores Jornalistas; -----*

*Caras e caros concidadãos, -----*

*Quero em primeiro poder cumprimentar todos os nossos concidadãos que assistem e podem participar nesta Assembleia Municipal, no conforto e segurança das suas casas e locais de trabalho. Esta possibilidade de participação online engrandece a democracia sem medo; aproxima-nos de quem nos elegeram, dos seus problemas e necessidades; são reveladoras ainda de órgãos municipais organizados e de futuro, que souberam acompanhar a prática de tantas outras organizações, municípios e freguesias que se aproximaram, também ao nível da interação digital, das suas populações. -----*

*Infelizmente esta é a saudação que ainda não podemos fazer. Pasmemo aliás, na minha opinião, que nem a possibilidade de a rever, pois as gravações de todas as nossas reuniões, pagas pelos nossos concidadãos, não são possíveis. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhor Presidente da Câmara Municipal, no momento em que enfrentamos vagas consecutivas de uma pandemia que mudou o mundo, mudou as nossas formas de relação nas coisas mais simples do dia-a-dia, como a compra online, o trabalho online, reuniões de amigos e família online, para quando a possibilidade de podermos transmitir, participar, comentar e visionar as nossas reuniões de Câmara e Assembleia, online? -----*

*E porque falamos de comunicação e, ainda não sendo tudo possível online, temos assistido a um degradar consecutivo das vias de comunicação que servem a nossa cidade e as nossas freguesias. Reconhecemos o investimento feito no equipamento "tapa-buracos", é certo. Mas as vias carecem de investimentos mais profundos, de correta drenagem, de pavimentos consentâneos com o tráfego existente, ao que o equipamento adquirido não responde. São precisas ações concretas, algumas delas repetidamente propagandeadas, mas sem ver a luz do investimento. Sabemos que o dinheiro não é elástico, mas se existem disponibilidades para contratar mais pessoas para a comunicação e outros quadros, não distribuindo os recursos disponíveis pelas necessidades, deveria ser possível ter um plano de investimento concreto e concretizável em curto prazo também ao nível das nossas vias de comunicação. Este era aliás, parte integrante de um dos 4 eixos essenciais do programa que o PS apresentou aos covilhanenses nas últimas eleições. Todos os presentes ficariam gratos quando pudesse dar conhecimento, à Assembleia Municipal, do plano e cronograma de repavimentação da cidade e freguesias. -----*

*Vivemos um tempo de enormes mudanças, já o afirmamos anteriormente, mas é também um tempo de enormes incertezas relativas ao impacto que a crise pandémica nos trará. Vivemos num interior fragilizado pela desertificação, pelas elevadas taxas de migração e emigração, assolados pelas consequências de um inverno demográfico generalizado, num país com políticas fiscais pouco atrativas para o crescimento das famílias, agravadas por decisões como aquela que aprovaram na nossa última reunião relativa à fixação da taxa do IMI. Importa por isso conhecer que estratégia tem a nossa Câmara delineada para um período anormal e para o qual devemos ter preparadas respostas sociais e políticas concretas de apoio aos mais idosos, desfavorecidos e vulneráveis. -----*

*A este propósito, estando ao alcance do município, que medidas concretas implementou a Câmara da Covilhã, para o resgate do contrato de concessão do saneamento, que permita a tão ambicionada por todos redução das pesadas faturas de água e saneamento? Além deste compromisso eleitoral que assumiu com a população, que medidas pretende implementar que impactem diretamente com a redução deste pesado custo nos agregados familiares? -----*

*Ao aumento diário dos custos com aquisição de energias, entendemos como prioritário que a CMC alcance um acordo com o parceiro privado e possa apoiar as famílias e empresas da nossa cidade neste custo mensal, reduzindo o valor das taxas cobradas e do preço aplicados. -----*

*Afirmar o interior junto do estado central é também uma medida protecionista dos interesses dos nossos concidadãos e das nossas famílias. Vemos com estupefação que decisões tomadas, publicitadas e publicadas estejam ainda por executar. -----*

*É por isso Sr. Presidente, que gostaríamos que nos pudesse clarificar e informar sobre o atual ponto de situação relativo aos postos de GNR do Paul e de Unhais da Serra. Passam três anos desta incerteza, de informações contraditórias quanto ao encerramento, manutenção de apenas do balcão de atendimento, de promessas de obras, de pagamentos e responsabilidades divididas. Em que ponto estamos? Está a Câmara em condições de confirmar o avanço das obras destes postos de atendimento e por consequência a sua manutenção em funcionamento junto das populações?*

*Importa também conhecer a este nível da ação junto do estado central, após a disputa entre entidades com custas para o erário público, da vontade do Governo em estabelecer na antiga sede da RUDE as instalações do Tribunal de Trabalho? -----*

*Por fim, nesta sensação de que os temas com esta governação se repetem ad eternum, e não querendo aludir ao que consideramos como uma predileção pelo isolamento com a discussão estéril relativa à saída da CIM em que nos enquadrámos (valha-nos a dificuldade apresentada pela Sr. Ministra Ana Abrunhosa que esperamos ter sossegado os ânimos mais aventureiros), parece-nos relevante poder recolher do Sr. Presidente, passados mais de seis anos da manifestação de interesse, cinco da assinatura de protocolo e, de em janeiro de 2019, ter sido anunciado pelo Vereador com o pelouro do desporto o arranque de obras de requalificação, informação relativa ao projeto e o fim a que se destina o Pavilhão da Inatel. Como pode ser possível prometer-se um pavilhão existente se nem as obras de requalificação conseguem colocar em execução?” -----*

**--- Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

*“Hoje é tempo deste órgão olhar com algum cuidado e preocupação para as nossas freguesias e há oito anos a esta parte a composição do mapa administrativo do Concelho da Covilhã, no que às suas freguesias diz respeito, sofreu alterações significativas depois da implementação da reforma administrativa de 2013 feita pelo Governo PSD/CDS, após negociação com a Troika. -----*

*Como em qualquer processo reformista necessário ao país, também este teve que ter o seu tempo de implementação, a sua consequente análise e avaliação, e a abertura posteriormente a reajustamentos e a retificações que, passados oito anos, terão de ser mais que evidentes. -----*

*Surgiu assim na legislatura passada a discussão na Assembleia da República de uma nova lei-quadro – da criação, modificação ou extinção de freguesias. A lei foi aprovada também com o voto favorável do PSD. O PSD votou favoravelmente por forma a validar a correção de situações pontuais, nomeadamente a agregação de freguesias feitas contra a vontade das populações e que, passados oito anos, se comprova que a sua agregação foi mais prejudicial do que benéfica. -----*

A nova lei-quadro estabelece critérios para a criação das freguesias, mas na discussão e votação na especialidade, os Deputados incluíram um processo especial simplificado e transitório para as freguesias agregadas em 2012/2013 e que ainda pretendam reverter o processo. E é aqui que se abre uma porta, através do seu artigo 25, para algumas freguesias do nosso Concelho. -----

Das 21 freguesias, hoje 7 são uniões de freguesias criadas em 2013 e é nestas 7 que devemos nos focar e apoiá-las nas suas decisões e na vontade das suas populações. -----

E porquê de hoje falarmos nisto? Porque hoje, em dia de Assembleia Municipal, a Lei 39/2021, de 24 de junho, entrou em vigor há quatro dias. -----

As freguesias que queiram reverter o processo de agregação têm de o fazer até dezembro de 2022 e o processo administrativo não nos parece ser fácil de executar. Recomendamos assim que a Câmara Municipal tenha um papel ativo no apoio técnico e jurídico às freguesias. -----

Daquilo que é do nosso conhecimento, o mais gritante e que hoje vem, e bem, a este órgão é o da União de Freguesias de Casegas e Ourondo. Como é do conhecimento público, esta deve ser a agregação mais controversa a nível nacional. Devem todos recordar as imagens a que assistimos nas autárquicas de 2013. -----

No entanto, existem pelo menos mais duas freguesias que manifestaram publicamente a intenção de iniciar um processo de reversão: a União de Freguesias de Peso e Vales do Rio e a União de Freguesias de Barco e Coutada. -----

De realçar que, de facto, o processo só foi pacífico nas 4 freguesias na cidade e, ainda assim, existe a vontade da desagregação do Canhoso. -----

Este processo de desagregação terá de repetir todas as condições em que as freguesias agregadas se encontravam antes da agregação, não podendo dar origem a novas ou a diferentes uniões de freguesias. -----

Neste regime excecional, a hipotética situação da Junta de Freguesia de Covilhã e Canhoso poderá não se aplicar. -----

Os respetivos pedidos de desagregação terão de ser apreciados e sujeitos a deliberação em Assembleias de Freguesia e, posteriormente, virão a este órgão para avaliação e eventual aprovação. -----

Como iremos ser parte interventiva nestes processos, temos de acompanhar de muito perto os pedidos que possam surgir por forma a poder decidir em plena consciência. -----

Face ao exposto, que fique claro que o grupo do PSD estará neste órgão, como no passado, ao lado das populações sempre que a evidência dos factos provem que a desagregação é o melhor caminho para a defesa dos interesses das populações e dos seus territórios." -----

--- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou a proposta que, a seguir, se reproduz: **(Doc. 06)** -----

*“O Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) tem por objetivo combater os efeitos negativos associados à mobilidade, nomeadamente, o congestionamento, a emissão de gases de efeito de estufa, a poluição atmosférica, o ruído, o consumo de energia e a exclusão social. -----*

*A 13 de agosto de 2020 tivemos conhecimento, pela comunicação social regional, que a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) decidiu que, “a partir de setembro, limitará o apoio à aquisição de passes de transporte a pessoas em situação de carência económica comprovada” e que “segundo as novas regras, que vigorarão para os passes com validade posterior a 1 de setembro, o apoio a conceder será de 50% do preço, mas limitado a pessoas em situação de carência económica que terá de ser comprovada pela Câmara Municipal da residência”. -----*

*Ora, sendo limitada, na área da CIMBSE, o PART apoiava em 40% a aquisição de passes normais e em 60%, se o utente tivesse mais de 65 anos ou menos de 23. O Decreto-Lei n.º 1-A/2020, de 03 de janeiro deu suporte jurídico ao PART, tendo verba específica no Orçamento de Estado de 2021. ----*

*Recorde-se, ainda, que o PART beneficia as populações, em outros concelhos e áreas metropolitanas, com um passe de 30€ no concelho e de 40€ na área metropolitana da CIM. -----*

*É do conhecimento público que os responsáveis da CIM afirmaram que a medida seria reposta a 1 de janeiro de 2021, o que não veio a verificar-se. -----*

*Em 17 de fevereiro de 2021 foi publicado o Despacho nº 1824-A/2021 que determina os fatores de distribuição das verbas do PART pelas áreas metropolitanas e pelas comunidades intermunicipais. Os fatores de distribuição incidem sobre a verba de 138.600.000€ previstos no Orçamento de Estado para 2021. -----*

*Estamos no final do ano de 2021 e a redução tarifária não foi reposta, mantendo-se a situação insustentável e sem sentido de inexistência de qualquer apoio, no âmbito do PART, aos jovens e aos trabalhadores que dele necessitam (por razões de frequência de estabelecimentos de ensino e de trabalho, deslocarem-se em transporte público). -----*

*Apesar da exigência, desta Assembleia Municipal, de que os nossos municípios tenham o mesmo direito que as populações residentes nas áreas metropolitanas têm. -----*

*Apesar da exigência da Assembleia da Comunidade Intermunicipal da reposição do PART na área da CIMBSE. -----*

*A Redução tarifária não foi reposta. -----*

*Assim, no exercício das suas competências, previstas na alínea a), do número 5 do artigo 25º do RJAL, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal da Covilhã decide convocar o Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela para responder, perante os membros desta Assembleia, sobre a atividade desenvolvida, nomeadamente a relacionada com a aplicação do Programa de Redução Tarifária.” -----*

**Colocada a Proposta – Convocar o Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) para apreciação da atividade da CIM no âmbito do Programa de**

**Apoio à Redução Tarifária (PART)** à votação, **foi** a mesma **aprovada com 33 votos a favor (PS, CDU – PCP/PEV, Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e 8 abstenções (PPD/PSD e CDS-PP).** -----

**Não participaram na votação, por se encontrarem ausentes do Auditório, os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia de Peraboa e Covilhã e Canhoso.** -----

--- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou as seguintes propostas de Votos de Congratulação que, a seguir, se transcrevem: **(Docs. 07 e 08)** –

*“Pela terceira vez consecutiva o Comité Olímpico de Portugal decidiu atribuir ao Covilhanense Pedro Farromba as funções de Chefe da Missão Olímpica aos Jogos Olímpicos de Inverno que se realizam em Fevereiro de 2022, na China.* -----

*Pedro Farromba desempenhou iguais funções nos Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 e de 2018 e o trabalho feito em tais missões e os resultados obtidos conduziram à designação, pela terceira vez consecutiva, deste ilustre covilhanense como Chefe da Missão Olímpica que a todos, como Portugueses, nos representa nos Jogos Olímpicos de Inverno.* -----

*Os Jogos Olímpicos de Inverno são organizados à escalada mundial, unindo nações e envolvendo milhares de desportistas tendo a Covilhã o grato orgulho de ver Portugal representado em tão importante evento por um Covilhanense que, no exercício de tal honrosa missão, se tem feito acompanhar de outros ilustres concidadãos que, com o seu bom desempenho, têm levado mais longe o nome de Portugal e da Covilhã.* -----

*Impõe-se assim felicitar o covilhanense Pedro Farromba pela escolha do Comité Olímpico de Portugal ao nomeá-lo Chefe da Missão Olímpica aos Jogos Olímpicos de Inverno de 2022.* -----

**Assim, os Grupos Municipais do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida no dia 29 de dezembro de 2021 delibere aprovar um voto de congratulação ao Ilustre Covilhanense Pedro Miguel dos Santos Farromba, sendo este voto de congratulação remetido ao próprio e ao Comité Olímpico de Portugal.”** -----

Colocada a proposta de **Voto de Congratulação ao Ilustre Covilhanense Pedro Miguel dos Santos Farromba** à votação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

*“A partir do passado mês de Novembro, a Covilhã passou a integrar a Rede das Cidades Criativas da UNESCO como Cidade Criativa do Design.* -----

*A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada pela junção de vontades de vários países e tem trabalhado, ao longo de décadas, fomentando e*

*construindo redes entre nações, estimulando, protegendo e valorizando a diversidade cultural sempre sem perder de vista o desenvolvimento pessoal e a dignidade humana. -----*

*Não podem, por isso, a Covilhã e os Covilhanenses, deixar de merecer um voto de saudação e congratulação desta Assembleia, por tamanha distinção e por passar a Covilhã a integrar a Rede das Cidades Criativas da UNESCO como Cidade Criativa do Design. -----*

*A Covilhã, com esta extraordinária distinção, passa a ser uma referência, ocupando a cultura e a criatividade lugares cimeiros para os quais todas as atenções estarão viradas. -----*

*Distinção que a todos nos tem de honrar e que juntos teremos de saber valorizar, preservar e dignificar. -----*

***Assim, os Grupos Municipais do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida no dia 29 de dezembro de 2021 delibere aprovar um voto de congratulação a todos os Covilhanenses e à Covilhã, pela integração da Covilhã na Rede das Cidades Criativas da UNESCO como Cidade Criativa do Design, sendo este voto de congratulação remetido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã em representação do Município.” -----***

Colocada a proposta de ***Voto de Congratulação a todos os Covilhanenses e à Covilhã, pela integração da Covilhã na Rede das Cidades Criativas da UNESCO como Cidade Criativa do Design*** à votação, ***foi a mesma aprovada por unanimidade.*** -----

--- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“Apesar de continuarmos num contexto altamente complexo, fruto da pandemia em que vivemos, os Covilhanenses viveram no ano que agora termina a oportunidade de assistir a uma afirmação inequívoca da Covilhã como cidade de arte e cultura. -----

Foram múltiplas as iniciativas culturais possíveis de se visitar na Galeria Professor António Lopes, na Tinturaria, no Museu de Arte Sacra ou em outros espaços espalhados pelo concelho. -----

Foram inúmeras as atividades culturais que pudemos viver nas ruas da nossa cidade, como são exemplos, o Verão no Centro Histórico, o Natal com Arte, a 10.ª do Festival Wool, entre outras tantas iniciativas culturais que contaram com o indispensável e preponderante contributo de associações e gentes culturais locais numa afirmação clara que a sociedade é quem produz cultura.

No entanto, se por um lado a sociedade é quem produz cultura, ao Município é conferido o papel de criar infraestruturas e estabelecer incentivos à promoção desta. Uma responsabilidade à qual o atual executivo do Partido Socialista não fugiu e apresentou obra, ambição e compromisso numa estratégia que tem a cultura como figura central para a promoção do bem-estar à sociedade, da reabilitação urbana, da atração turística, de desenvolvimento empresarial e da fixação de população em que os factos falam por si. -----

Ora vejamos: -----

- 03 de agosto de 2021: abertura do Museu da Covilhã. Um investimento de cerca de 240 mil euros promovido pelo executivo do Partido Socialista que criou um espaço moderno, inclusivo de afirmação e de divulgação da identidade cultural da Covilhã. Espaço criado na Rua António Augusto de Aguiar que veio preservar e dignificar o património histórico do concelho. Contribui para a revitalização do centro da cidade e alargar a oferta turística a quem procura a Covilhã como destino; -----
- 08 de novembro de 2021: a Covilhã integra a Rede Internacional de Cidades Criativas da UNESCO, fruto de uma candidatura promovida pelo executivo camarário em estreita parceria com a Universidade da Beira Interior. Este é um reconhecimento internacional da Covilhã como cidade que assume a criatividade, a arte e a cultura como fatores estratégicos para o desenvolvimento urbano sustentável e coloca as indústrias culturais e criativas no centro da sua ação governativa. Dentro desta candidatura, é definido um plano de ação ambicioso até 2025, onde são chamados a participar diversas entidades locais num projeto integrativo e participativo, reflexo da ação governativa do Partido Socialista; -----
- 12 de novembro de 2021: inauguração do Centro de Inovação Cultural, dividido por dois espaços – o Centro de Incubação e Apoio de Indústrias Culturais e Criativas e o Teatro Municipal da Covilhã. Resultado de uma prioridade estratégica do executivo do Partido Socialista no mandato anterior que veio a reabilitar uma infraestrutura deixada ao abandono durante anos, capacitando o edifício histórico no centro da cidade não só de um moderno espaço de espetáculos, mas acima de tudo transformando o mesmo num pólo de desenvolvimento e de inegável contributo para uma nova vida do comércio, da restauração e da hotelaria no centro da Covilhã. -----  
Em pouco mais de um mês de atividade, foram realizados 11 espetáculos que atraíram a esta infraestrutura mais de 4 mil espectadores. Números reveladores que a estratégia para este espaço está a dar resposta às expectativas dos Covilhanenses de forma clara e evidente a todos nós. -----

Assim, e se contra factos não há argumentos, 2021 fica marcado não só pela concretização de obras estruturais, mas também por um reconhecimento local, nacional e internacional da qualidade e ambição da estratégia cultural desenvolvida na Covilhã. Factos que são fruto de uma ação governativa do atual executivo que assume como uma das suas prioridades a cultura na Covilhã de forma integrada, integrativa de toda a sociedade. Factos que o Grupo Municipal do Partido Socialista vê não só como sucesso deste ano, mas acima de tudo com a certeza de que a Covilhã é uma cidade de arte e cultura não só hoje, mas acima de tudo no futuro.” -----

--- **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dando ênfase à presença da Comunicação Social que “está mandatado pelo estado com o seu Código Deontológico para transmitir a verdade do que aqui se passa de forma democrática e completamente apartidária”. -----



Proseguiu a sua intervenção solicitando apoio da Câmara Municipal na resolução de dois problemas que passou a descrever: -----

- Rua Calva Mimosa – “Há um primeiro aluimento em 2019 e um segundo agora, há cerca de 4 dias. O talude de suporte está estável, mas os muros não. E os muros são privados. Há a dificuldade em identificar a totalidade dos proprietários, mas há uma circunstância que quero alertar: podemos ter falta de tudo, menos a segurança na condição de vida. Ninguém consegue viver sossegado junto a uma estrada ou com casas na proximidade onde, a qualquer momento, pode acontecer outra queda de muro. -----  
Obviamente que sei que a Câmara não pode nem deve intervir, gastando dinheiro público, em propriedade privada, mas terá de haver mecanismos que façam com que essas intervenções sejam mais rápidas e que possam permitir que as pessoas vivam em segurança e que depois se atribua a responsabilidade do custo da obra ao seu proprietário. Não podemos é esperar que haja um incidente mortal ou um prejuízo grave nalgum cidadão em virtude da dificuldade de intervenção em espaço privado; -----
- Há também um muro de suporte na zona de Vila de Mouros que necessita da sua intervenção, uma vez que esse é da responsabilidade pública porque suporta um caminho pavimentado; -----
- Há um pequeno arruamento em Vila do Carvalho, Rua do Rego D’Água, que é uma rua sem saída e que foi pavimentada até a um determinado ponto, deixando alguns metros por pavimentar. As pessoas que vivem mais a montante da zona que está pavimentada (cerca de seis famílias) sentem-se um pouco secundarizadas; -----
- Há outro ponto que necessita de uma intervenção na zona da Carvoeira. Há cerca de seis casas e os serviços de ambulância, por exemplo, não conseguem lá chegar numa situação de aflição.” -----

--- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**, após cumprimentar todos os presentes, deu conhecimento de “uma Moção que foi aprovada com os votos do Grupo de Cidadãos “Tortosendo – Unidos Somos Mais Fortes” e também com os votos da CDU e do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia do Tortosendo” que passou a ler: -----

“Após ter sido prometido em julho de 2019 como obra a ser concluída até ao final do mandato, o que não se verificou, ficámos a saber na Assembleia Municipal do passado 29 de novembro que a obra de requalificação da Avenida dos Montes Hermínios será feita quando o Senhor Presidente da Câmara considere oportuno. -----

Não existindo qualquer compromisso assumido quanto à data da realização desta obra, há muito reclamada pela Junta de Freguesia, e tendo a mesma sido objeto de compromissos eleitorais no passado recente, é de primordial importância que o Executivo da Câmara Municipal assumira, perante os Tortosendenses, se e quando pretendem realizar esta obra. -----

Considerando ainda que se encontra na posse da Câmara Municipal, desde abril de 2021, um plano de alterações rodoviárias que contou com as contribuições de todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia do Tortosendo, os eleitos do Movimento de Cidadãos

“Tortosendo – Unidos Somos Mais Fortes” vem, neste sentido, propor que seja aprovada nesta Assembleia de Freguesia a seguinte Moção: -----

Solicitar à Câmara Municipal da Covilhã a garantia da recuperação urgente da Avenida dos Montes Hermínios desde o cruzamento da Avenida Viriato até ao interior do bairro Casal da Serra com a indicação clara da data do início dos trabalhos; a rápida implementação do plano de alteração do trânsito, nomeadamente no que respeita ao estacionamento junto da escola e jardim de infância, de modo a permitir a rápida recolha de crianças por parte dos pais e evitar constrangimentos de trânsito nos horários de entrega e de recolha das mesmas.” -----

Seguidamente, abordou a temática dos postos da GNR, informando que os de Unhais da Serra e do Paul estavam “a funcionar em regime de apenas posto de atendimento, o que leva a que todos os efetivos estejam no posto da GNR do Tortosendo. São 35 efetivos o que, se não havia condições, piora ainda as condições atuais.” -----

Solicitou o contributo e o apoio da Câmara Municipal para que, de forma provisória, até que o novo posto da GNR do Tortosendo estivesse concluído, seja “aí instalado um contentor para que os guardas possam fazer os seus fardamentos porque inclusive há, neste momento, efetivos do sexo feminino e está a tornar impossível o trabalho dos guardas na nossa freguesia. -----

Referiu ainda que, “no dia 27 de outubro, foi remetido pela Câmara Municipal da Covilhã aos serviços do Ministério da Administração Interna o projeto para emissão de parecer. Gostaria de saber se, desde do dia 27 de outubro até à presente data, já tem alguma informação por parte do MAI.” -----

Relativamente à intervenção na última Sessão da Assembleia de Freguesia de moradores da “zona dos Maiorais, Maiorais de Cima, na estrada que liga o Tortosendo a Unhais da Serra”, deu a nota que, “assim que seja feita a nova concessão de transportes públicos, seja considerada uma extensão da carreira junto do kartódromo do Tortosendo porque quem vá de autocarro do Parque de S. Miguel até, por exemplo, ao antigo café “Paloma”, tem que pagar bilhete até às Cortes do Meio.” -----

--- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** apresentou a **Moção pela Reposição das Freguesias** que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 09)** -----

*“O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. -----*

*A extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros, afastou os eleitos das populações, dificultou a capacidade de intervenção na resolução de problemas. -----*

*Perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. -----*

*Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos*

órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. -----

De então para cá as populações continuaram a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----

Oito anos depois da extinção das freguesias e mantendo-se viva a vontade e a luta pela sua reposição, o que se impunha era dar resposta cabal às populações, era a criação de um regime excecional que permitisse que as freguesias pudessem ser repostas, com eleições em 2021. -----

Os sucessivos atrasos do Governo PS na entrega da proposta de Lei na Assembleia da República (só no final de dezembro de 2020), o lento andamento dos trabalhos da comissão competente e a rejeição do Projeto de Lei do PCP, impossibilitaram a reposição das freguesias no âmbito das eleições autárquicas de 2021, como já se tinha verificado em 2017. -----

A Lei n.º 39/2021 de 24 de junho, entretanto aprovada, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias aprovado por PS, PSD, PAN e IL, não responde à reivindicação de reposição de todas as freguesias. -----

A obrigação de cumprimento de alguns dos critérios no processo de reposição de freguesias como determina o diploma aprovado, na prática, inviabiliza a devolução de muitas freguesias às populações, mesmo que estas o defendam. -----

Apesar das limitações, impõe-se agora intervir para concretizar a reposição das freguesias em todas as situações possíveis. -----

Nesse sentido deve ser tido em conta que a Lei n.º 39/2021 de 24 de junho entra em vigor 180 dias após a sua publicação, ou seja, no final de dezembro de 2021. -----

Após essa data e durante um ano, terão início os procedimentos visando a reposição das freguesias extintas, nos termos do artigo 25.º (procedimento especial, simplificado e transitório), mediante deliberação das respetivas assembleias de freguesia e assembleias municipais. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 29 de dezembro de 2021, manifesta o seu empenhamento pela reposição das freguesias extintas no Concelho da Covilhã de acordo com a vontade das populações e delibera o início dos procedimentos necessários para a sua concretização, designadamente com a convocação de uma sessão da AM, especificamente para o efeito. -----

Enviar para: Grupos Parlamentares da AR, ANAFRE, ANMP e Comunicação Social.” -----

Colocada a **Moção pela Reposição das Freguesias** à votação, foi a mesma **aprovada com 33 votos a favor (PS, CDU – PCP/PEV, Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Cristina Maria Conde de Campos (Peraboa), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e 7 abstenções (PPD/PSD e CDS-PP).** -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “O Grupo Municipal do PSD absteve-se na votação desta Moção. -----

A Moção parece-nos uma moção abrangente a todo o país. Não faz sentido este órgão se pronunciar sobre o resto das outras freguesias. -----

Compreendo a comum moção nacional. Tem por base um Projeto de Lei do PCP que não foi aprovado. Inclusivamente a ANAFRE se manifestou contra. -----

Por um lado, reverter todos os processos, na opinião do PSD, não faz sentido até porque há populações contentes com estas uniões (exemplo no norte do país). Inclusivamente a nossa principal freguesia Covilhã e Canhoso não se aplica neste caso porque, para reverter, teremos que voltar às quatro freguesias da cidade mais o Canhoso e não é isso, pelo nosso conhecimento, o interesse das populações, nem faz sentido a Covilhã voltar às quatro freguesias. -----

É a razão principal da Moção propriamente dita e, se de facto essa situação for corrigida, retificamos a nossa votação. -----

Relembrar que, das sete freguesias da Covilhã e partindo do pressuposto de que podemos reverter a Moção numa moção regional ou local (do nosso concelho), inclusivamente há uniões de freguesias que não reúnem os requisitos para esse retrocesso, nomeadamente por exemplo a Freguesia do Teixoso e Sarzedo (penso que Sarzedo não terá 250 eleitores), da União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto não se conhece, pelo menos publicamente, a opinião das populações, Cantar-Galo e Vila do Carvalho também não temos esse conhecimento. -

E, portanto, esta Moção, sendo abrangente a todas as freguesias do Concelho da Covilhã, não nos parece adequada. -----

Tomar por igual todos os casos de agregação não me parece razoável. Todos sabemos que cada caso é um caso. -----

Na nossa intervenção deixámos claro que a reversão tem que ser sempre justificada, bem fundamentada, caso onde se comprove que a sua agregação foi mais prejudicial do que benéfica e sempre que a evidência dos factos provem que a desagregação é o melhor caminho para a defesa dos interesses das populações e dos seus territórios. -----

Parece-nos que na Moção não está clara. Se retificarem a Moção, cá estaremos para a votar favoravelmente.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “A agregação absurda das freguesias, nomeadamente as freguesias rurais, tem uma paternidade – o Governo do PSD e do CDS – e a desagregação das freguesias que agora acontece e que a Lei cria essa oportunidade tem também uma paternidade que é o Governo do Partido Socialista. -----

Portanto, é com grande orgulho, pese embora a Moção não seja da nossa autoria, que o Partido Socialista se associa e vota favoravelmente a Moção apresentada pelo PCP nesta Assembleia que visa na sua essência promover o processo de desagregação daquilo que nunca deveria ter sido

agregado e que, por vontade política do PSD e do CDS, o foi erradamente, altamente penalizador para as nossas populações.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “A Moção não é nacional. Diz respeito ao Concelho da Covilhã. Diz especificamente que é a reversão do processo para as uniões de freguesias em que as populações o queiram e, no fundamental, que a Assembleia Municipal demonstre a sua vontade, o seu empenhamento no início deste processo. -----

Temos um ano – não é muito tempo. É necessário fazer participar as populações e colocar os prós e os contras. A demonstração está feita: os eleitos estão mais longe dos problemas e não serve para as populações. -----

Portanto, é dar início ao processo e é uma Moção local.” -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso):** “Não votei porque cheguei atrasado à Assembleia Municipal. -----

Em nome das Freguesias da Covilhã e do Canhoso, quem fala é a população residente, a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia. -----

Neste processo muito concreto, o Executivo da Junta de Freguesia já aprovou favoravelmente para que se dê início ao processo para que o Canhoso seja uma freguesia autónoma. -----

Na última Assembleia de Freguesia, por unanimidade, foi também aprovado uma proposta no sentido de iniciarmos todo o processo para que a Junta de Freguesia do Canhoso seja uma realidade. -----

Em nome da União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso quem fala é a população, o Executivo, a Assembleia de Freguesia e não venha agora um partido político ou alguém a tirar protagonismo ao levantar a bandeira porque as populações é que vão decidir.” -----

- **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho):** “Votei favoravelmente esta Moção, mas podia perfeitamente me ter absterido. Este processo não começa aqui – começa nas assembleias de freguesia ou então nos referendos populares. -----

Sou partidário de agregações maiores. Um núcleo maior é mais eficaz do que um núcleo mais pequeno. Mas também há outro lado a ver: a circunstância do afastamento das populações ao núcleo decisório. -----

No meu caso concreto, não vou usar a Assembleia de Freguesia porque aí o processo é político. Quem vota na Assembleia de freguesia são os deputados e, no meu caso, tenho maioria absoluta e não quero que seja o Partido Socialista a decidir o que o Povo deve decidir. Portanto, no meu caso, podendo, abro um referendo. -----

Pessoalmente, não me choca a situação da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho até porque elas já estiveram unidas – faziam parte da mesma freguesia. -----

Choca-me mais por exemplo a situação do Teixoso e Sarzedo porque obviamente o afastamento do Sarzedo à sede de decisão é muito grande. -----

Por outro lado, dizer que muitos processos de contestação de desagregação de freguesias foram processos unicamente políticos, movidos por forças políticas, condicionando muitas vezes a opinião do Povo.” -----

- **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP):** “O CDS-Partido Popular embora compreenda a relevância desta matéria, esteja disponível para a sua discussão e análise caso a caso, entende que esta reflexão deve ser em primeiro lugar feita em cada junta de freguesia, junto das populações, clarificando todas vantagens e consequências desta possibilidade de reversão. -----

Feita esta análise e conhecidas as conclusões, estaremos todos mais preparados para salvaguardar a vontade dos munícipes e dos órgãos de freguesia, neste tema.” -----

--- O Membro Municipal **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** aproveitou ainda para fazer a seguinte intervenção: (**Doc. 10**) -----

“As IPSS’s do concelho da Covilhã apresentaram 14 candidaturas à 3.ª Geração do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, da Segurança Social, denominado PARES 3.0. -----

Este assunto foi debatido em reunião do executivo municipal sem se saber ao certo quais as deliberações efetivas tomadas no sentido de potenciar a captação de investimento por parte das IPSS a Programas de Financiamento de Equipamentos Sociais. -----

Pedro Farromba, vereador da oposição “Juntos Fazemos Melhor” introduziu o tema, destacando que “este é um programa importante e muito necessário para as IPSS’s do concelho”. “Há projetos em concelhos vizinhos aprovados e na Covilhã não, o que nos deve deixar preocupados”, referiu. –

Vítor Pereira, Presidente da CMC, disse que deve “ser um sinal de alarme”. -----

José Armando Serra dos Reis, vereador com o pelouro do urbanismo, também lamentou a situação, mas frisou que essa responsabilidade não é do município. Explicou ainda que, “para a fase de concurso, as IPSS’s tinham que ter, no mínimo, a licença do projeto de arquitetura ou pedido de informação prévia (PIP) aprovado” e para que “nenhuma ficasse por concorrer”, o Vereador frisa que “a autarquia aprovou alguns em menos de 24 horas”. -----

Na parte que diz respeito ao Urbanismo, nada a criticar. Efetivamente os serviços camarários pelos quais o Senhor Vereador é responsável tudo fizeram para que as candidaturas pudessem ser submetidas com todos os elementos exigidos pelo Programa. -----

Mas disse mais, ouvindo-se em áudio numa rádio local: -----

“as senhoras IPSS’s, daí para cá não deram mais um passo para elaborar e aprovar os Projetos de Especialidade. O que é que o Governo fez? Como é preciso executar rápido e bem e melhor, aprovou nesta fase os projetos que tinham maturidade do ponto de vista da possibilidade de começar as obras ao outro dia.” -----

*“Eu tenho dúvidas que alguma das nossas IPSS’s, desde a fase que fez a candidatura até hoje provavelmente ainda não deram um passo.” -----*

*Disse ainda Vítor Pereira que esta situação “é um sinal de alarme para o futuro. Seja para a autarquia, empresas, IPSS’s ou juntas de freguesia, porque todos podemos candidatar-nos ao que aí vem, em termos de PRR”. O autarca salienta que “vai haver prazos muito curtos para candidaturas”, refere. -----*

*O edil usou o ditado “quem está perto come, quem está longe cheira”, para avisar que “havia IPSS’s com o trabalho feito há mais tempo”. “Com o devido respeito por quem se esforça”, deixa “o alerta para todos”, vincando que “é preciso fazer o trabalho de casa”. -----*

*Para nós a leitura que fazemos dos resultados deste concurso e das declarações dos responsáveis municipais é outra: -----*

**1) O Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social demorou 1 ano para dar resposta às candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2020; -----**

*É inaceitável em pleno período de pandemia e de necessidade de recuperação económica e social se demore 1 ano para análise e decisão sobre 114 milhões de euros de investimento devidamente orçamentados e que centenas de IPSS’s se dispuseram a executar; -----*

**2) Não pode o Governo, alterar as regras de um Concurso Público a meio do mesmo. -----**

*Em nenhum momento do aviso de abertura, do regulamento e da legislação de enquadramento do Programa PARES 3.0 era exigido a apresentação de Projetos de Especialidade. Aliás, estes projetos eram elegíveis para financiamento, o que prova que podiam efetivamente ser apresentados depois das candidaturas aprovadas. -----*

**3) Não pode o Governo, introduzir critérios de análise diferentes dos inicialmente divulgados -**

*As candidaturas deveriam ter sido avaliadas pelo seu mérito e pela sua qualidade. Não se tratando apenas de financiamento para reestruturação de respostas sociais, mas também para criação de respostas e equipamentos, desvirtua-se este critério com a decisão de aprovar os projetos com “maior maturidade”, transformando aquilo que são critérios técnicos em critérios políticos de duvidosa prioridade. -----*

**4) Não pode a Câmara Municipal da Covilhã, através da voz dos seus responsáveis, chamar incompetentes e preguiçosas às IPSS’s do Concelho. -----**

*Terão todos os dirigentes, técnicos, contabilistas e consultores que elaboraram as 14 candidaturas das IPSS’s do Concelho da Covilhã, sido incompetentes e se enganado na leitura dos regulamentos do programa e não terem identificado a necessidade de apresentar os Projetos de Especialidade? Não nos parece. -----*

*Em simultâneo no concelho vizinho, todos estes recursos humanos foram os supra-sumos das candidaturas conseguindo angariar 3 projetos e mais de 7 milhões de euros de financiamento? Também não nos parece. -----*

*Terão todos os dirigentes, técnicos, contabilistas e consultores que elaboraram as 14 candidaturas das IPSS's do Concelho da Covilhã, sido preguiçosos e não fizeram os trabalhos de casa? Não Senhor Presidente Vítor Pereira. -----*

*O trabalho de casa foi feito! Os critérios de avaliação que o "Professor" António Costa tinha estabelecido é que foram alterados! -----*

**5) Não pode a Câmara Municipal da Covilhã, "sacudir a água do capote". -----**

*Quando as decisões são favoráveis ao nível de programas de financiamento, a CMC lidera o ranking da região centro de angariação de fundos comunitários. Quando as decisões não são favoráveis, não é nada connosco. -----*

*E por último, -----*

**6) Deve a CMC influenciar a definição dos critérios de elegibilidade da linha do PRR para o mesmo objetivo -----**

*Estando aberto novo concurso do PRR para o mesmo objetivo, com uma dotação de 250 milhões de euros e sendo até dito na resposta dada às instituições que "não desanimem, concorram ao PRR", o que se verifica é uma nova linha de investimentos para as zonas do litoral e metropolitanas, sendo colocados como territórios prioritários o Algarve, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, a Região do Cávado e Tâmega e Sousa. -----*

*Enquanto isso, discutimos se devemos pertencer à CIM das Beiras e Serra da Estrela ou da Beira Baixa. -----*

**7) Deve ainda a CMC apoiar as despesas com os projetos de especialidade -----**

*Na linha do afirmado pela Senhora Ministra Ana Mendes Godinho, deve a CMC apoiar as instituições para que os seus projetos ganhem maior maturidade. -----*

**Mais do que refletir e prestar declarações é necessário tomar decisões." -----**

**--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS) apresentou uma proposta de Voto de Louvor à Lobbyproductions que, a seguir, se transcreve: (Doc. 11) -----**

*"A Lobbyproductions é uma produtora de cinema, série de tv e filmes publicitários, assim como de experiências imersivas interactivas. -----*

*Sediada na Covilhã desde a sua fundação em 2006, nasceu do sonho e ousadia de 4 ex alunos da UBI, Telmo Martins, Orlandina Veiros, Luís Dias e João Feitor, sendo liderada por Telmo Martins, CEO, Dir. Criativo e Realizador da mesma. -----*

*Em 2010 produz a primeira Longa Metragem Independente em Portugal "Um Funeral à Chuva", com exibição comercial em mais de 20 salas de cinema em todo o país e milhares de espectadores, mudando o paradigma da produção cinematográfica em Portugal, onde até então apenas haviam sido produzidas realizações com o apoio do ICA – Instituto do Cinema e Audiovisual. -----*

*O sucesso deste filme, e a persistência de uma equipa focada, levam até à Lobby alguns trabalhos de filmes publicitários, e permitem que entre na primeira liga da produção publicitária em Portugal.*



*Em 2016, a Lobby co-produz e Telmo Martins realiza a série de sucesso televisiva “SAL” para a SIC, com exibição em prime Time, que atingiu um share médio de 600 espectadores por episódio. -----*

*A série “SAL”, escrita por Frederico Pombares e João Quadros, acaba por apontar vários holofotes para a Lobby, e a porta da publicidade abre-se definitivamente rumo ao estrelato. Desde então, a Lobby tem produzido filmes publicitários para os maiores anunciantes nacionais e internacionais – privados e institucionais – como a Mercedes, a Super Bock, a Lexus, a Nintendo, a TAP, o Santander, a Caixa Geral de Depósitos, a Multiópticas, o Ministério da Agricultura, o Turismo Centro de Portugal, a Parmalat, a Pfizer, a Fidelidade e a Multicare, a rede das Aldeias Históricas de Portugal, a Vidamar Resorts entre muitos outros. -----*

*Ainda em 2016, produz todos os conteúdos audiovisuais e experiências interactivas para um dos maiores stands do Mundo, na Rússia. Em 2017 volta a criar todos os conteúdos para o mesmo Stand. Ainda em 2017 cria 15 obras artísticas em videomapping para um dos maiores projectos Turísticos no Kuwait. Em 2018 conquista o seu primeiro cliente no Dubai produzindo 3 filmes publicitários para uma das maiores campanhas de Home Design do Dubai. -----*

*Em 2020, vence o Óscar para melhor filme do Mundo, na maior competição Mundial do género – CIFTT WORLD BEST TOURISM FILMS, na categoria serviços, com o filme “You Only Love Once” produzido para o resort 5 estrelas “Vidamar Hotel Resort Algarve”. Em 2021 conquista novamente este tão importante “Óscar dos Filmes de Turismo”, na categoria People Choice, com o filme “Heart and Soul” para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal. -----*

*Hoje, mantendo a sua sede na Covilhã, tem escritórios em Lisboa e no Dubai. Conta com mais de 70 prémios a nível mundial e clientes por todo o mundo, continua a desenvolver campanhas de comunicação e marketing, produção de filmes, e produção de experiências interactivas para Portugal e para o Mundo. -----*

*A LobbyProductions e os seus fundadores representam um exemplo e uma inspiração para os jovens empreendedores e corporizam o exemplo daquilo que este Município tem procurado atrair, manter e promover. Jovens que chegaram à Covilhã para realizar a sua formação académica na nossa Universidade da Beira Interior, aqui encontraram espaço para desenvolver a sua realização profissional e o seu sonho empresarial, apaixonaram-se pela cidade e pela qualidade de vida que oferece, aqui se fixaram, constituíram família e tiveram filhos, criam valor e postos de trabalho e daqui para o mundo, demonstram que é possível estar ao nível dos melhores e não é preciso estar nos grandes centros para chegar a todo o mundo. -----*

*Como reconhecimento do mérito do seu percurso, da ousadia dos seus empreendedores e da sua persistência e perseverança em continuar, da Covilhã a trabalhar para todo o mundo, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, lhes reconheça o mérito e louve o seu trabalho, esperando que o mesmo se desenvolva por muitos anos na nossa cidade e venha a inspirar outros jovens e novos projetos! -----*

*Após a sua aprovação, propõem-se uma salva de palmas em sua homenagem e que deste voto seja dado conhecimento à empresa e aos seus sócios.” -----*

Colocada a proposta de **Voto de Louvor à Lobbyproductions** à votação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS)** apresentou uma proposta de **Voto de Louvor à Associação Académica da Universidade da Beira Interior** que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 12)** --

*“No dia 24 de novembro, dia do 33.º aniversário da Associação Académica da Universidade da Beira Interior, pela palavra do seu Presidente Ricardo Nora, foi tornada pública a candidatura por parte da AAUBI através da Federação Académica de Desporto Universitário, para a organização do Campeonato Europeu Universitário de Andebol em 2025, em parceria com a Câmara Municipal da Covilhã e a Universidade da Beira Interior. -----*

*Na passada semana esta candidatura foi aceite e assim atribuída por parte da European University Students Association a organização do Campeonato Europeu Universitário de Andebol em 2025 na cidade da Covilhã. Este evento desportivo irá atrair centenas de atletas de toda a europa no verão de 2025 ao nosso concelho, integrando a nossa cidade no calendário internacional do desporto universitário através de um evento que irá promover a Covilhã além-fronteiras. -----*

*Esta iniciativa, à semelhança de outras num passado recente, conta com o total apoio por parte do Município da Covilhã desde o primeiro instante, em que do papel à prática, o Grupo Municipal do Partido Socialista vê nesta estreita parceria entre o Município e a AAUBI, o cumprimento prático, concreto e efetivo do Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo 2030 para a Covilhã. -----*

*Passados 25 anos a Covilhã irá voltar a receber um evento desportivo universitário de dimensão internacional, facto revelador da competência, compromisso e ambição que a AAUBI tem na sua dinâmica e ação, com e para a cidade da Covilhã. -----*

*Desta forma, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de louvor à Associação Académica da Universidade da Beira Interior pela atribuição por parte da European University Students Association, a organização no concelho da Covilhã do Campeonato Europeu Universitário de Andebol em 2025. -----*

*Caso seja aprovado, deve este voto ser remetido à Associação Académica da Universidade da Beira Interior.” -----*

Colocada a proposta de **Voto de Louvor à Associação Académica da Universidade da Beira Interior** à votação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou **propostas de Voto de Pesar** que, a seguir, se transcrevem: -----

*“Voto de pesar pelo falecimento do Sr. António José Arroz da Cruz Pombo, de 81 anos. -----*

*Ao longo da vida dedicou-se aos outros pois foi, durante muitos anos, chefe do Agrupamento dos Escuteiros da Covilhã, contribuindo assim para a formação de muitos jovens. -----*

Foi colaborador da Rádio Clube da Covilhã e desempenhou vários cargos no movimento associativo. -----

A título de reconhecimento do valioso contributo que deu às causas sociais, apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (Doc. 13) -----

Colocada a proposta de **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António José Arroz da Cruz Pombo** à votação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade**, tendo sido **guardado um minuto de silêncio**. -----

“Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Rodrigues Brancal, de 92 anos. -----

Destacado empresário covilhanense, era o presidente do conselho de administração do grupo “IMB Hotels” que detém várias unidades hoteleiras no concelho da Covilhã e noutros concelhos. -----

Foi também distinguido pelo Sporting Clube da Covilhã pelo interesse que sempre demonstrou pelo clube. -----

A título de reconhecimento pelas atividades que desenvolveu no concelho, apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (Doc. 14) -----

Os grupos municipais do CDS-PP e do PPD/PSD apresentaram igualmente uma proposta de **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Rodrigues Brancal** que foi lido pela Mesa da Assembleia Municipal e que, a seguir, se transcreve: (Doc. 15) -----

“Deixou-nos fisicamente no passado dia 30 de setembro o Sr. Manuel Rodrigues Brancal, com quem muitos dos aqui estão presentes tiveram oportunidade de conviver, presenciando e confirmando os resultados do seu trabalho e dedicação à cidade. -----

Nascido a 27 de março de 1929 tornou-se num dos investidores mais marcantes quer do ramo hoteleiro da cidade, quer do comércio e indústria de lanifícios. -----

Além dos investimentos que dignificam a nossa cidade como os Hotéis Puralã e Sport Hotel, desenvolveu e concebeu o projeto âncora no turismo local localizado em Unhais da Serra, que em muito tem potenciado o turismo termal, de saúde e bem-estar na nossa região. -----

Foi homenageado em 2005, com a medalha da nossa cidade, numa justa homenagem que o Município lhe concedeu em nome de todos os covilhanenses reconhecendo-lhe o mérito e trabalho desenvolvido. -----

**Assim, os Grupos Municipais do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida no dia 29 de dezembro de 2021 delibere:** -----

- 1) Prestar homenagem ao Sr. Manuel Rodrigues Brancal, guardar um minuto de silêncio em sua memória e endereçar à família, as mais sentidas condolências; -----
- 2) Propor a atribuição do seu nome na toponímia da Cidade ou num equipamento e espaço que honre a sua memória e legado.” -----

Colocadas as propostas de **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Rodrigues Brancal** à votação, **foram** as mesmas **aprovadas por unanimidade**, tendo sido **guardado um minuto de silêncio**. -----

Mais se **deliberou remeter a proposta de atribuição do seu nome na toponímia da Cidade ou num equipamento e espaço que honre a sua memória e legado à Câmara Municipal da Covilhã**. -----

“Faleceu a 30 de agosto, Madre Teresa Granado com 92 anos. -----

Madre Teresa Granado nasceu na Covilhã a 29 de março de 1929. Desde cedo que se dedicou e preocupou com os mais desfavorecidos, os mais frágeis e necessitados, os excluídos e os mais pobres, principalmente crianças e jovens que sofriam de maus-tratos ou abandonos. -----

Aos 22 anos seguiu como missionária para França, Itália e Macau onde trabalhou com refugiados e reclusos. No regresso a Portugal, em 1963, assumiu a direção da Escola Social Normal de Coimbra, hoje conhecido como Instituto Superior Miguel Torga. -----

Em 1968 lança a primeira pedra na rua onde viria a nascer a Comunidade Juvenil de S. Francisco de Assis em Coimbra, tendo sido ela a fundadora. -----

Esta sensibilidade e humanidade para com o próximo valeu-lhe diversas distinções, nomeadamente a “Medalha de Abnegação” da Cidade de Coimbra, atribuída a 4 de julho de 1993, o «Prémio Ângelo de Almeida Ribeiro» atribuído em 2002 pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados e ainda, em 1997, distinguida pelo então presidente da República, Jorge Sampaio. -----

A título de reconhecimento à sua bondade e reconhecimento pelo próximo, sendo Madre Teresa covilhanense, apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (Doc. 16) -----

Colocada a proposta de **Voto de Pesar pelo falecimento Madre Teresa Granado** à votação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade**, tendo sido **guardado um minuto de silêncio**. -----

--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS) apresentou uma **proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor David Silva Ferreira** que, a seguir, se transcreve: (Doc. 17) -----

“**Voto de Pesar pelo Falecimento de David Silva Ferreira** -----

Faleceu no passado dia 2 de agosto, David Silva Ferreira, nascido a 20 de maio de 1957, em Sobral de S. Miguel. -----

Um espírito livre, revolucionário e insurgente na defesa do património material e imaterial da sua Aldeia. Homem Bom e querido por todos, amplamente reconhecido nacional e internacionalmente, pela sua figura característica, capacidade artística e criativa e pela forma como acolhia quem visitava o seu Bar “O Ferrolho”, cartão de visita da freguesia e ponto de encontro da aldeia, onde se cruzaram gerações de residentes e visitantes. -----

Era conhecido como o “Ginjas”. Sempre alegre e descontraído, apresentava-se de boina basca na cabeça e camisola estilo hippie, em nada convencional, à semelhança das suas criações. -----

Sonhador nato, trabalhador incansável, persistência, atitude, força de vontade e dedicação, são algumas das qualidades que todos lhe reconheciam e que o definiam e motivavam para manter o seu negócio e sobretudo divulgar a sua arte e a sua terra. -----

Para além de proprietário do “Ferrolho”, era um artista, um criativo, um artesão, autodidata que criava com amor, imaginação e engenho, utilizando sempre aquilo que a natureza lhe dava, desde as rochas da própria ribeira, às raízes e troncos que recolhia pela serra. Sempre teve “o gosto de inventar” e o hábito de dar nova vida a objetos aparentemente sem utilidade. -----

As suas obras encontram-se espalhadas pelo mundo. -----

Depois de uma pequena parte da vida em que correu o mundo, regressou ao Sobral no final dos anos 90 do século passado, decidiu construir a sua própria casa no coração do Sobral, junto à ponte, recuperando uma antiga construção e assim nasceu “O Ferrolho”. Das suas mãos nasceu uma casa diferente das demais que ainda hoje se destaca. -----

O seu “Ferrolho” era um ponto de paragem obrigatória no Sobral. Para beber um “Genipi” (bebida preparada pelo próprio com uma erva dos Alpes, enviada pelo irmão emigrado), para confraternizar, ou apenas estar e observar os muitos pormenores daquele espaço. Desde a coleção de maços de tabaco e os murais pintados ou escritos à mão até ao próprio mobiliário feito pelas mãos do artista. Mais do que um café, “O Ferrolho” é um Museu. -----

“O Ferrolho” foi também palco de grandes concertos. Ali entraram artistas e grupos como Sebastião Antunes, d’Os Quadrilha, os Velha Gaiteira, Alma Menor, os Pauliteiros Mirandeses de Palaçoulo, o Fernando e o Fernandito e tantos outros. -----

Foi ele que abriu as portas ao “Sobral Florido” que hoje faz parte do projeto “Florir Portugal”, pois são as estacas da sua roseira que se espalham pela aldeia. -----

Cuidador não só da flora, mas também da fauna, alimentava as trutas da ribeira e criou uma comunidade de patos que o orgulhavam e eram mais uma atração para os visitantes, e faziam as delícias de todos, especialmente das crianças. -----

O David Silva Ferreira – O Ginjas, foi um Homem de grande talento, de enorme coração e de uma bondade e generosidade que hoje em dia, não é fácil de encontrar. -----

*São pessoas como ele que dão o corpo e história às nossas Aldeias, que constroem a nossa identidade, preservam as nossas memórias e são a marca de um Povo. -----*

*Propõem-se assim, que esta Assembleia Municipal lhe preste esta singela homenagem com a aprovação deste voto de pesar, com um minuto de silêncio em sua memória e que o mesmo seja endereçado aos seus familiares e à Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel e, através desta, ao seu Povo.” -----*

Colocada a proposta de **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor David Silva Ferreira** à votação, **foi a mesma aprovada por unanimidade**, tendo sido **guardado um minuto de silêncio**. -----

--- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** apresentou o requerimento que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 18)** -----

**“Criação de Comissão de Revisão do Regimento -----**

*A Assembleia Municipal da Covilhã (AMC) criou, no mandato anterior, uma Comissão de Revisão do Regimento do referido órgão municipal. Esta Comissão comportou uma despesa considerável ao município para – supostamente – rever o regimento e levar a deliberação uma proposta consensual e suprapartidária que melhore o funcionamento da AMC. -----*

*No entanto, entre desculpas e adiamentos, terminaram oito anos de PS sem sequer se ser capaz de aprovar um documento que contemple as regras de funcionamento do órgão. -----*

*Chegados a esta reunião, os membros da AMC são confrontados com uma comunicação eletrónica, datada de 22 de dezembro de 2021, seis dias legais antes da AMC, para “conhecimento e apreciação” de “uma proposta de Regimento”. Esta proposta para “apreciação”, ou seja, para discussão e eventual votação não atendeu ao princípio de consensualização entre os diferentes grupos municipais. -----*

*Considerando que a “proposta de Regimento” deve seguir os princípios acordados na anterior Comissão e refletir uma visão comum, os grupos municipais do PSD e CDS-PP propõem, nos termos da alínea d) do número 5 do artigo 2.º do (atual) Regimento da AMC, a criação de uma Comissão que vise elaborar uma versão integrada e unificadora do Regimento da Assembleia, a enviar ao órgão num prazo de 90 dias.” -----*

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que compete à Mesa da Assembleia **“Elaborar o projeto de regimento da assembleia municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito.” -----**

Prosseguiu dizendo que, “como sabe, já na legislatura anterior, foi proposto a constituição dessa Comissão com os líderes das bancadas e foi isso que se fez. -----

Obviamente que aquilo que o Senhor está a dizer também é uma autocrítica – também fazia parte dessa Comissão. Todos temos “culpas no cartório”. Não é só fazer acusações sem assumir também as culpas. É bom toda a gente assumir essas culpas até porque fomos acompanhados por uma

jurista que fez praticamente todo o trabalho de casa. Depois aquilo que eram as conclusões e a aprovação é que não foi feito. -----

Vamos pedir aos líderes das bancadas, fazer essa comissão e avançamos sem perder mais tempo.”

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** esclareceu que não tinha feito acusações. “O que eu disse foi que chegámos ao fim do mandato sem uma proposta consensualizada de Regimento. -----

O que estamos a fazer é sugerir à Mesa que proponha à votação a constituição dessa comissão. Não tem que ser constituída pelos líderes de bancada. Por uma pessoa das bancadas e cada bancada indica quem achar mais competente para o efeito.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões fazendeiro (PS)** referiu que “essa comissão está prevista no Regimento e na Lei e, portanto, parece-me um pouco “*chover no molhado*”. É recomendar aquilo que já vai ser feito e costuma ser feito.” -----

Colocada a proposta de **Criação de Comissão de Revisão do Regimento** à votação, **foi a mesma aprovada com 16 votos a favor (Presidente da Assembleia Municipal, PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV e Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”) e 20 abstenções (PS).** -----

--- Seguidamente, o **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** propôs a **Criação de uma Comissão para a Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM** “com base no que nos foi anunciado pelo Senhor Presidente da Câmara na última assembleia de que pretende, até ao final do próximo ano civil, trazer a este órgão a proposta do novo Plano Diretor Municipal da Covilhã. -----

Consideramos necessário, mas também consideramos que é importante que a Assembleia possa acompanhar esse processo, dar sugestões, fiscalizar mais do que através de emails, que às vezes conseguimos ou não resposta, através de apenas uma sessão que possamos vir aqui com um documento fechado apresentar a nossa visão. -----

Constituir uma comissão, como acontece em muitos municípios deste país, para a Revisão do PDM em que se possam auscultar pessoas, fazer propostas, falar com a Câmara Municipal e tentarmos chegar a um documento unificador. -----

Acho que é benéfico para todo o Município se conseguirmos, através de todas as forças políticas, propor uma solução viável suprapartidária que defenda os interesses superiores do Concelho.” ---

- **Eng.º Hélio Jorge Simões fazendeiro (PS)** referiu que, quanto à “comissão de acompanhamento do PDM por esta Assembleia, devo lembrar ao Senhor Deputado que, na última assembleia municipal extraordinária, esta Assembleia já elegeu formalmente, de acordo com a Lei, um representante desta Assembleia para acompanhar exatamente a Revisão do PDM. -----

Portanto, não encontro explicação, nem perspetivo o alcance de uma proposta que agora quer constituir, nesta Assembleia, uma comissão que, no fundo, vem até quase desautorizar ou

substituir a eleição formal que já se fez na última assembleia de um digno e legítimo representante desta Assembleia. -----

Não vejo grande espaço nem cabimento para a sua votação favorável.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** referiu saber que tinham elegido um representante na última assembleia. “É um processo previsto na Lei. -----

Mas, se calhar, o Senhor Deputado também esteve desatento quanto ao que acontece pelo país, nomeadamente a câmaras municipais presididas pelo Partido Socialista. Aconteceu em Lisboa durante a presidência do PS (da Assembleia e da Câmara Municipal) que, não obstante de elegerem o representante da Assembleia Municipal para acompanhamento da Revisão do PDM, propôs por iniciativa do Partido Socialista a criação de uma comissão da Assembleia Municipal para acompanhar a Revisão do PDM e poder fazer uma discussão integrada do processo e, eventualmente, dar sugestões ao representante da Assembleia Municipal. Este continua a ter todos os poderes. -----

Fica registado que o Partido Socialista não está muito para receber contributos para a Revisão do PDM e não acha bem que isso aconteça.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões fazendeiro (PS)** respondeu: “face aos esclarecimentos, lamento desiludi-lo, mas não mudei de posição e creio que a bancada do Partido Socialista não encontra espaço para o acompanhar. -----

Aquilo que me parece é que esta Moção vem de alguma forma branquear e lavar a consciência do PSD sobre aquilo que é a ausência de propostas que o PSD tem para o PDM da Covilhã. -----

O PDM da Covilhã está em revisão há muitos anos. Aliás, já por várias vezes a Oposição criticou o atraso da sua aprovação. O PDM da Covilhã, de acordo com a Lei, tem um espaço de propostas e audição pública. O PDM da Covilhã e de todos os outros sítios tem um espaço de propostas da Oposição, tanto desta Assembleia Municipal como da Vereação da Câmara Municipal. -----

Portanto, se o Senhor Deputado tem propostas credíveis e concretas para fazer sobre o PDM da Covilhã, o Senhor Deputado tem muito espaço legal para o fazer. -----

Aquilo que me parece é que o Senhor Deputado quer respaldar-se na rejeição desta comissão que não tem nenhum sentido para justificar, posteriormente, aquilo que tem sido o hábito do PSD, faltar ao debate, faltar às propostas e dizer zero para a nossa cidade.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** clarificou que “nem me passou pela cabeça, com toda a franqueza, que esta (que não é uma moção, mas uma proposta a ser votada segundo o n.º 2 do artigo 45.º do Regimento) fosse sequer rejeitada. -----

Não há aqui nenhum número político. Temos todos os trâmites legais que toda a gente pode seguir e não se deve demitir dessa função e, portanto, estaremos cá todos para isso, não obstante esta Assembleia continuar a ter poderes legais para o fazer. -----



Lembro-me de ter aqui apresentado várias moções há uns tempos, uma moção de quase quarenta propostas de mitigação e de melhoria face aos efeitos da pandemia no Concelho da Covilhã, quer ao nível da saúde, quer ao nível dos efeitos para o comércio local e empresas, quer ao nível da educação e do Senhor ter rejeitado essa moção. Portanto, não pode vir aqui dizer que a Oposição não apresenta propostas. -----

Vim aqui na última Assembleia Municipal e em várias elogiar a Câmara (quando merece, na minha opinião, ser elogiada), apresentar moções com propostas para contribuírem para a melhoria das condições de vida dos Covilhanenses, propor votos de congratulação quando é merecido e criticar quando achamos que é merecido. Naturalmente não temos que concordar em tudo. -----

O que acho que não é justo é dizer que a Oposição se demite de apresentar propostas ou que vem aqui fazer um número político para ser chumbado.” -----

Colocada a proposta de *Criação de Comissão de Acompanhamento do PDM* à votação, *foi a mesma rejeitada com 25 votos contra (PS), 3 abstenções (CDU – PCP/PEV) e 10 votos a favor (PPD/PSD, CDS-PP e Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”))*. ----

## 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 2.1- INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando para os efeitos legais arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Porque as obras devem ser agradecidas nas alturas certas, agradecer e também lembrar que em 2016 pedi ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a Escola EB1 de Vales do Rio (anteriormente sala de apoio da Escola da Feira do Tortosendo), depois do trabalho feito pelos habitantes de Vale do Rio, pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal conseguimos que a mesma seja agora novamente uma escola, uma EB1 de Vales do Rio. -----

Lembrar agora, depois de saber que foi lançado o concurso para as obras que são de extrema necessidade porque em alguns pontos da escola literalmente chove, temos um monobloco que serve de cantina escolar e que serve muito bem para o efeito que é. Está muito bem instalado e

aqui agradecer a prontidão porque, em menos de um mês, conseguiu-se que a Câmara Municipal colocasse lá esta solução (as crianças estavam a comer na sala de aula). -----

Esperamos agora que brevemente tenhamos resolvido o problema da infraestrutura em si com um telhado novo, com a reparação toda da escola e que as crianças de Vales do Rio têm o mesmo direito que as crianças da Covilhã e do concelho. -----

Deixo um desafio: nas escolas da União de Freguesias também precisamos de quadros interativos, de um mobiliário adequado e também de uma escola mais informatizada com os professores a terem computadores necessários para poderem desenvolver o seu trabalho.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Queria, na pessoa do Senhor Eng.º José Miguel, agradecer o facto de as Águas da Covilhã terem iniciado a limpeza do Parque Industrial do Tortosendo. É uma zona que vai ficar a cargo da Junta de Freguesia a partir do dia 1 de janeiro. O nosso obrigado por essa limpeza ter sido feita. -----

Perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, já foi um assunto trazido aqui no último mandato por um morador da urbanização junto aos Maiorais de Baixo, relativamente aos passeios que estão a danificar aquelas moradias. O Senhor Presidente disse aqui, há cerca de 1 ano, a esse morador que o assunto iria ser resolvido pela Câmara Municipal da Covilhã e, até hoje, o assunto está na mesma. Aliás, está pior porque com as chuvas as coisas vão piorando. -----

A Cooperativa fez-nos chegar o estado lastimoso em que está o pavimento da Urbanização Belo Zêzere. Gostaria de saber para quando está prevista, por parte da Câmara Municipal, a repavimentação dos arruamentos do Bairro do Belo Zêzere. -----

Em abril de 2021, um morador do Bairro do Espertim fez-lhe chegar por email uma situação que se arrasta há 18 meses: a queda de um poste e o abatimento de um muro nesse bairro. Ainda esta semana fizemos chegar um abaixo-assinado. Passados 18 meses, não houve qualquer resposta por parte da Câmara Municipal da Covilhã e gostaria de saber em que situação está esta questão. -----

Já hoje ouvimos dizer que foram adjudicadas várias obras para as escolas do concelho e gostaria de saber se está previsto o lançamento da obra do pavilhão da Escola EB 2-3 do Tortosendo (preocupação manifestada pelo Senhor Presidente do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto).

Também já aqui se falou de cultura no Concelho da Covilhã. Saudamos os eventos culturais e deixo uma proposta, uma recomendação à Câmara Municipal da Covilhã que a sala de espetáculos e auditório do Unidos do Tortosendo sejam também e façam parte do calendário e da agenda cultural da Câmara Municipal da Covilhã.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)** – “Li atentamente a informação escrita do Senhor Presidente que nos foi remetida e tenho que concluir que o documento não contém todas as informações legalmente obrigatórias e referidas no artigo 35, n.º 1, alínea y) e no n.º 4 da Lei n.º 75/2013. -----

Não se compreende também, desde logo por que razão, é elaborada apenas até ao dia 10 de dezembro quando a Assembleia está a ser realizada hoje, 29 de dezembro. Deveria ser feito um esforço de a informação ser elaborada até ao momento em que é enviada ao Presidente da

Asssembleia ou a informação é enviada com muita antecedência relativamente ao prazo mínimo de 5 dias e, se isso acontece, também não nos chega a nós, membros da Asssembleia, no mesmo período – chega-nos dentro do prazo mínimo legal e, admitindo que é nesse prazo que é enviada ao Senhor Presidente da Asssembleia, deveria ser realizada mais em cima dessa data e não com tanta antecedência. -----

Depois, a informação escrita deveria conter informações *sobre “o saldo e o estado das dívidas a fornecedores”*. Deveria conter informação sobre *“reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com a indicação da respetiva fase e estado”*. Deveria conter *“toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos de igual natureza, incluindo a respeitante às entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, quando existam, indispensável para a compreensão e análise crítica e objetiva da informação aí inscrita”*. -----

A que nos foi remetida não tem estas indicações. Limita-se a fazer uma súmula das reuniões de Câmara e, para isso, já temos as atas (bastaria lê-las e não necessitaríamos de uma informação escrita do Senhor Presidente). -----

Sobre a situação financeira (e lembro que este ponto é uma informação escrita e financeira), até me abstenho de falar porque só fico impressionada com a capacidade de síntese – consegue-se fazer um bolo onde nada é explicado e não se percebe o que é o quê. -----

A pergunta que fica, depois de se ler a informação escrita, é a de saber se não há vida para além das reuniões municipais nos espaços todos ocupados pelos serviços da Câmara ou se não há contato e intervenção da Câmara e dos serviços junto das freguesias ou se não terá esta Asssembleia direito a ser informada nos termos que a própria lei impõe. -----

Qual o saldo e o estado das dívidas a fornecedores? Não está dito e ficamos por saber. -----

Ficam por saber: quais as reclamações e os recursos apresentados; que processos judiciais estão pendentes; onde está a documentação que há pouco referi que nos deve ser enviada, que é obrigatória e não nos é enviada. -----

Tudo isto está em falta e peço que a próxima informação escrita já cumpra, de facto, aquilo que a lei exige.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Saudar o compromisso assumido em Casegas pelo Senhor Presidente da Câmara em 9 de dezembro de Requalificação da Estrada Sobral de S. Miguel/Casegas/Ourondo/Paul/Ourondinho. Vamos esperar o início das obras em 2022 e acompanhar as mesmas. -----

Quartel da GNR do Tortosendo, postos de Paul e de Unhais da Serra – Recordar aqui que na sessão ordinária deste órgão de 21 de dezembro de 2018 (folha 53 da ata) afirmou o Senhor Presidente da Câmara que trazia uma boa notícia para o Tortosendo e para o Paul. Informou que vamos ter quartel da Guarda Nacional Republicana construído de raiz na freguesia do Tortosendo e que vai estar pronto antes de 2021. Assim como o caso do posto do Paul que iria ser requalificado e também refere Unhais da Serra em que estava em estudo uma solução. -----

Senhor Presidente da Câmara, chegámos ao final de 2021 e não temos o quartel da GNR construído no Tortosendo, nem o posto do Paul requalificado e penso que a solução em Unhais da Serra também ainda não se encontrou. -----

Afinal, o que se está a passar? Será que a responsabilidade está só do lado da Administração Interna? É que a Administração Interna também me parece, pelo comportamento que se vai verificando de quem reside por ali, que estão a concentrar os meios em Unhais da Serra e parece-me que é essa a vontade da Administração Interna, vontade que sabem que será contrariada pelas populações e espero que a Câmara Municipal não ceda nessa pretensão da Administração Interna.

Largo dos Emigrantes – Paul – Em resposta a requerimento do Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV, recebi em 22 de junho de 2021 do Senhor Presidente da Câmara a informação de que o Departamento de Obras tinha concluído pela necessidade de intervenção prioritária e que terminou a sua inclusão na calendarização das intervenções prioritárias a levar a efeito pelo serviço do Município no correr do presente ano. -----

Senhor Presidente, estamos no final do ano e nada aconteceu no Largo e a necessidade da intervenção prioritária mantém-se. O que tem a dizer sobre esta intervenção prioritária? Que o ano ainda não acabou? Esperamos que, tendo sido considerada prioritária, se execute o mais rápido possível. -----

Quanto à presente informação, já foi aqui referido que é a síntese das atas, alguns até de assuntos já tratamos aqui na Assembleia Municipal. Mas, chamou-me à atenção que a receção definitiva da obra de alargamento e arranjo urbanístico da Rua Marquês D'Ávila e Bolama que, após vistoria com a identificação de deficiências imputadas ao empreiteiro, não se pode exigir ao empreiteiro a reparação. Porquê? Porque a empresa se encontra em situação de insolvência e pelo facto, no âmbito da contratação, ter sido dispensada a prestação de caução para efeitos de garantia da obra. Questionei-me: como é possível terem dispensado a prestação da caução? O que vai, com certeza, trazer mais despesas ao Município. -----

Não nos parece ter sido uma boa decisão na defesa do bem público, da aplicação do princípio da cautela e das finanças municipais. -----

Mais à frente da informação (págs. 29 e 30), verifica-se que a Câmara aprova a liberalização de outras cauções a outras empresas e em outras situações, neste caso em contratos de prestação de serviços. Levanta-se a questão: se estamos a libertar a caução aos prestadores de serviços, se os prestadores de serviços não prestarem o serviço e não cumprirem o seu contrato onde é que a Câmara depois vai, pelo menos, utilizar os meios da caução para prestarem o serviço ou contratar outra empresa? Também não me parece aqui que a Câmara esteja a proceder bem. -----

Encontra-se na informação referências ao caminho do Porsim recentemente pavimentada. Sendo uma obra reclamada pelas populações há dezenas de anos, regista-se a sua execução. -----

Porém, entre a revisão de preços e a conta final, encontramos a decisão de implantação de sinalética vertical a limitar a velocidade a 50 e 70 km. Ora, esta decisão, na nossa opinião, é acertada, preventiva face ao bom piso, ao traçado algo sinuoso e com alguns declives acentuados e ao perfil da área pavimentada. -----

Tendo por lá passado em meados de setembro (período de campanha eleitoral), verifiquei a dificuldade existente em cruzarem-se dois veículos. É necessário sair com os rodados fora da área pavimentada e, se o cruzamento das viaturas se verificar numa curva, uma delas vai ter que parar com certeza porque a dificuldade em cruzarem-se na curva, de facto, é demasiada elevada. -----

Com a pavimentação de mais 20 cm para cada lado tinha-se evitado os constrangimentos ao cruzamento de dois veículos de ligeiros porque, se forem veículos de mercadorias, dificilmente cruzam naquele traçado pavimentado. O espaço existe entre o que se pavimentou e os rails de proteção. A solução passará pela pavimentação daqueles 20 cm e aproveitar o espaço, o perfil existente, para se possibilitar um trânsito de veículos em segurança. -----

Quanto ao suplemento de penosidade e salubridade, temos conhecimento de que a Câmara pagou aos seus trabalhadores e aos que estão em regime de cedência na Águas da Covilhã, mas deixou de fora os que fazem parte dos quadros da empresa na qual a Câmara é acionista maioritária. O que vai fazer, Senhor Presidente? Vão os 51% valer mais do que os 49% do privado ou não? Vai aplicar a todos os trabalhadores da AdC o suplemento ou não? Já agora pode melhorar a sua aplicação porque o pode e deve fazer. -----

Quanto à vacinação Covid, tem afirmado o Senhor Presidente da Câmara Municipal, na última Assembleia, que o apoio está a ser dado às populações ao nível dos transportes. Pode informar-me quantos já foram realizados na cidade e nas freguesias? -----

Nos auxílios económicos do 1.º ciclo, também tinha colocado a questão anteriormente (não houve resposta) e volto novamente a colocá-la desta forma: pode o Senhor Presidente informar quantos alunos constam do escalão 1 e 2 do abono de família no concelho, no 1.º ciclo e por escola e quantos alunos e encarregados de educação beneficiaram dos auxílios económicos no ano letivo de 2020/2021? -----

Quanto à situação financeira, registo que os mapas não têm, de facto, muita informação. Dizer que, afinal de contas, a dívida total em 01/01/2021 e o endividamento relevante em 01/01/2021 os montantes coincidem com os montantes do mapa de junho de 2021. Parece-me que desta feita o problema resolveu-se.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou falando sobre a questão dos muros. -----

“O muro que ruiu na Rua dos Alagoeiros em Cantar-Galo é um muro de propriedade privada, não cabendo ao Município intervir. Esta é a segunda derrocada – a primeira foi em dezembro de 2019. O assunto está nos serviços do urbanismo para realização de vistoria de segurança. O muro que ruiu este mês é do Lar de Cantar-Galo, também propriedade privada. -----

Sobre os postos da GNR, dizer que a Câmara Municipal da Covilhã tem feito o trabalho de casa. Está feito a tempo e horas, com competência como é apanágio dos nossos trabalhadores e técnicos e com a superior direção do Senhor Eng.º Jorge Vieira. Há algo que não podemos responder: pela demora e atraso dos serviços competentes da Guarda Nacional Republicana que não têm sido rápidos a responder a questões que são necessárias. -----

Como sabem esses postos são da responsabilidade do Ministério da Administração Interna. Um deles até nem estava previsto no plano e, à última da hora, consegui que também fosse objeto de requalificação ou de deslocalização que é o de Unhais da Serra. -----

À Câmara Municipal incumbia-lhe fazer os projetos. Estão feitos e, sempre que são feitos, são enviados para os serviços competentes da Guarda Nacional Republicana. Há questões técnicas específicas que só a eles dizem respeito e ainda não tivemos o eco definitivo relativamente a esses mesmos postos, designadamente aqueles que são mais complexos que é o caso daquele que se vai construir de raiz e o do Paul. -----

Obviamente que acompanhamos as preocupações das Senhoras e dos Senhores Deputados Municipais e designadamente das Senhoras e Senhores Presidentes de Junta abrangidos por esses postos e pela respetiva população em primeiro lugar. -----

Se tudo tido tivesse decorrido com normalidade, obviamente que estavam construídos. Mas seremos dono de obras quando os projetos tiverem luz verde da Guarda Nacional Republicana e também celebrarmos o competente protocolo para o efeito. -----

Da nossa parte está o trabalho feito. -----

Quanto à Rua do Rego da Água em Vila do Carvalho, os serviços efetuaram lá recentemente uma intervenção de pavimentação que terminou no dia 7 de dezembro, numa extensão de 350 m. Trata-se de uma rua sem saída. Não tenho conhecimento que a pavimentação efetuada pelos nossos serviços não tenha abrangido a totalidade da extensão do arruamento. Pode haver aqui um défice de comunicação, mas é a informação técnica que tenho na minha posse. -----

Quanto ao muro de Vila de Mouros, há uma proposta de abertura de concurso orçado em 26 mil euros + IVA e, portanto, a breve trecho vai ser levada a efeito. -----

Desagregação de freguesias – Acompanho aqueles que dizem, e bem, que são as populações em primeira linha, os seus mais diretos representantes que devem pronunciar-se sobre isso. Independentemente de quem é que fez ou de quem não fez, se fizeram bem ou se fizeram mal, constata-se que há casos flagrantes e o caso paradigmático é o de Casegas e Ourondo, embora outros possam existir. Cá estamos todos para discutir abertamente, com toda a boa vontade, no sentido de ajudar a resolver esses problemas, mas em primeiro lugar há critérios a cumprir e depois há a vontade das populações. A Câmara Municipal dispõe-se a colaborar no que for possível nesse domínio. -----

Montes Hermínios – A obra não é um capricho do Senhor Presidente da Câmara, nem nenhum instrumento político de avanço ou de recuo. É uma questão de priorização. Quando chegar a altura, de harmonia com aquilo que temos programado na Divisão de Obras e de Planeamento, será feito. Não é porque o Senhor Presidente da Junta aqui possa eventualmente todos os dias falar nisso que ela vai ser feita. Vai ser feita quando os serviços entenderem que estão reunidas as condições porque é uma intervenção de fundo e relembro que é uma intervenção que vem do Casal da Serra até ao centro da vila. É uma zona muito movimentada, com estacionamento, há muita gente ali a circular. É uma obra que tem que ser muito bem pensada porque a intervenção começa, desde logo, no subsolo com a remoção das condutas que estão obsoletas, com o problema de toda a cablagem e a drenagem das águas porque, quando chove muito, é um ribeiro

autêntico. Todos estes por maiores são relevantes para a priorização e para a calendarização da obra. -----

Problema PARES – Em primeiro lugar, lembrar que a Câmara Municipal não é tida, nem vista, nem achada na elaboração de projetos de candidaturas, na sua apreciação, na sua filtragem, na sua aprovação ou reprovação. -----

Querem fazer passar pela opinião pública que a Câmara tem aqui interferências a querer prejudicar as IPSS's do Concelho da Covilhã. -----

Estes projetos têm a ver com a maturidade das candidaturas. E quando se afere esta maturidade? Na hora de aprovar os projetos de arquitetura e de especialidades com pedido de licença já feito. Obviamente que quem está nos serviços olha para o grau de maturidade e o caso aqui trazido dos nossos vizinhos trata-se de uma IPSS que apresentou dois projetos no 2030, totalmente *madurinhos* já com pedido de licença e, infelizmente para eles, não foi acolhido no âmbito do 2030. Tendo o projeto prontinho em carteira, assim que abriu o aviso, apresentaram-no e obviamente têm prioridade. Está aí o segredo da aprovação dessas duas IPSS's. -----

Outra coisa discutível e essa é uma questão política, discussão mais séria que podemos e devemos ter, é se a pontuação para a prioridade deve ser aquela que é agora atendida ou não. Mas isso transcende os presidentes de câmara ou outros responsáveis a não ser os do ministério respetivo.

E devemos ter em consideração outra questão: por estranho que pareça, Lisboa e Vale do Tejo e o Algarve são as zonas do país com uma taxa de menor cobertura. E, por isso, infelizmente o Interior está a ser discriminado porque consideram que temos uma taxa de cobertura mais elevada. Mas isto é uma questão de estatística. -----

Dir-me-ão *“essa estatística pode ser injusta”*. É injusta em relação ao Interior. O que temos de fazer é persuadir os políticos que têm responsabilidade a esse nível para que se altere este critério. ----

A verdade é que, na data da formalização da candidatura e para efeitos de prioridade, os projetos têm que estar naquelas circunstâncias: arquitetura, especialidades e com licença pedida. -----

Aquelas instituições que infelizmente não conseguiram, por não terem ou maturidade ou prioridade ou não cumpriram os critérios que o Ministério estabeleceu, têm agora uma grande oportunidade. Até ao final de fevereiro, há 249 milhões de euros no PRR. -----

E mais. A participação agora é de 100%. No PARES era inferior. -----

Não venham é dizer que a Câmara Municipal tem alguma interferência. A notícia que tenho é que o serviço de urbanismo na Câmara Municipal da Covilhã, a quem veio acorrer ou a quem veio a tempo e horas, teve resposta. Foram dadas as respetivas autorizações e tudo quanto era necessário para o efeito. -----

Não venham é imputar ou responsabilizar a Câmara pelos critérios injustos do respetivo ministério no que diz respeito a esta matéria. -----

Dizer ao Senhor Presidente Rui Amaro que a escola vai ter material didático, equipamento e mobiliário. É o que temos feito em todas as escolas. -----

Passeios que ligam ao Parque Industrial do Tortosendo – dizer que obviamente terão que ser feitos. Tudo está pronto para adjudicar essa mesma obra. -----

Pavimentação na Urbanização do Belo Zêzere – o piso efetivamente está muito degradado há muito tempo. Temos que o arranjar. Agora, no Inverno, não é possível – o que podemos é remendar. A recarga de alcatrão, depois da fresagem, é necessária e indispensável. Será feito lá para a Primavera ou princípio do Verão quando as condições meteorológicas o permitirem. -----

Pavilhão do Tortosendo – lembrar que a Câmara Municipal não é responsável pela construção de equipamentos dessa natureza nessas escolas do ensino secundário. A Câmara Municipal provê à manutenção e à conservação. Tudo o que é construção nova ou requalificação ou intervenção de fundo continua a ser da responsabilidade do Ministério da Educação. Portanto, não confundamos as responsabilidades, não obstante de reconhecer que faz lá falta e que é necessário, mas é um agrupamento que ainda muito recentemente teve uma intervenção para requalificarmos a Escola Frei Heitor Pinto para proporcionarmos melhores condições a quem lá trabalha e quem lá estuda. -----

Relativamente às libertações de cauções, elas são feitas de harmonia com a informação técnica dos serviços. Se os serviços acham que estão em condições de serem libertadas, libertam-se. Não é o Presidente da Câmara nem os Senhores Vereadores que vão questionar questões de natureza técnica. -----

Relativamente à estrada do Sul, do Ourondinho até Sobral de São Miguel, refiro mais uma vez a prioridade, neste momento, para o Sul do Concelho. Com a Câmara falida, começámos por fazer lá uma estrada e em final deste último mandato terminámo-lo com uma outra estrada. Quem faz isto tem crédito de confiança perante as populações e perante as Senhoras e os Senhores Deputados. Lá faremos sem que necessariamente tenha que começar numa ponta e terminar na outra. Começaremos obviamente pela zona mais degradada e, tanto quanto sei, a zona mais degradada é aquela que vai do Ourondo até Casegas. Esta estrada é para estar pronta até ao final do mandato. -----

Suplemento de penosidade – lembrar que está a ser pago, como é de Lei, a quem tem vínculo às funções públicas e no que diz respeito aos trabalhadores com contrato individual de trabalho, infelizmente, a Lei não o prevê, mas também não proíbe que o Conselho de Administração, no caso concreto da AdC (já o pedi), considere a possibilidade de estender o suplemento de penosidade a quem não tem funções públicas.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Eu sei que o Senhor Presidente não usa estradas para fazer política. -----

Quem trouxe aqui o assunto da Avenida Monte Hermínios não foi o Presidente da Junta. Quem trouxe aqui o assunto foram os eleitos da Assembleia de Freguesia do Tortosendo. Trouxe-lhe aqui uma moção que foi votada pelo seu Partido Socialista, pelo Partido Comunista e pelo Grupo Cidadãos Eleitores Tortosendo Unidos Somos Mais Fortes e continuarei aqui a pedir essa estrada.



Fiz-lhe uma pergunta acerca de passeios. Não eram os passeios até ao Parque Industrial, mas sim os passeios dos Matorais e o Senhor Presidente não respondeu. Nem respondeu à questão do Espertim que se arrasta há 18 meses.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)** também fez saber que o Senhor Presidente da Câmara não tinha respondido às questões colocadas, tendo o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondido que, pela questão do tempo, não pôde responder a todas as questões, tendo tomado nota das mesmas. -----

## **2.2- PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2022, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS, MAPA DE PESSOAL, ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de dezembro de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas *a)* e *o)* do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com as alíneas *c)* e *ccc)* do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea *c)* do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, através do ofício n.º 7319 de 2021.12.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Ausentou-se do Auditório, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, não participando na apreciação e votação do assunto. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** solicitou que nos próximos anos o Orçamento Municipal fosse enviado com mais antecedência, uma vez que, aquando elaboração do Orçamento das Juntas e União de Freguesias tendo por base alguns compromissos refletidos no Orçamento da Câmara Municipal, se deparavam com dificuldades “em se fazer uma Assembleia de Freguesia depois da Assembleia Municipal, ou seja, só se fizermos no dia 31 e gostava que tivessem isso em consideração. -----

Em relação ao Orçamento, vamos votar favoravelmente apesar de acharmos que as obras que se irão realizar na União de Freguesias de Peso e Vales do Rio estarem refletidas de uma maneira geral e confiamos que assim seja, mas achamos e gostaríamos que tivessem em consideração que as mesmas deviam ser objeto de uma rubrica própria para que pudéssemos identificá-las e assim também as identificar no nosso Orçamento.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Efetivamente, não temos acesso ao Orçamento quando estamos a elaborar o nosso na nossa Junta de Freguesia. Portanto, fica aqui também essa recomendação para que o Orçamento Municipal nos possa ser facultado com a antecedência necessária para que o nosso Orçamento reflita as rubricas orçamentais nos investimentos da nossa freguesia. -----

Dizer que registo com agrado que está contemplada a obra dos passeios até ao Parque Industrial. Deve ser uma obra morosa porque está para iniciar em 2022 (já era para ter sido feita em 2021 e até em 2020), mas o fim da obra está previsto para 31 de dezembro de 2023. -----

Pela análise do Orçamento, vejo que não está contemplada para o ano de 2022 a obra que é uma prioridade do Senhor Presidente. No dia 19 de novembro estivemos reunidos com o Senhor Vereador José Miguel e disse-nos que a estrada do Casal da Serra é uma obra morosa, que a intervenção pode demorar cerca de 2 anos. Não a vejo no orçamento para o ano de 2022 e gostava que me informasse, uma vez que o Senhor Presidente já assumiu que a vai fazer até ao final do mandato, em que rubrica é que ela está no Plano Plurianual de Investimentos porque não a vejo lá (provavelmente é uma obra para o mandato seguinte). -----

Relativamente ao posto da GNR, essa intervenção também não a vejo no Plano Plurianual e gostava de saber se, quando for assinado o protocolo com o MAI, depois vai ser necessário aqui uma revisão orçamental. -----

Vemos que vamos ter intervenções a nível de parques infantis, jardins e era bom que essas rubricas estivessem desagregadas por freguesia para, efetivamente, sabermos se vai ou não haver intervenção na nossa freguesia.” -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (PCP):** “Sobre o Mapa de Pessoal, constatamos que continua a não existir nem está previsto um lugar para um(a) arqueólogo(a) e outro para psicólogo(a). -----

Também neste Orçamento não apareceu nenhuma vez a palavra psicologia ou psicólogo. Tampouco a palavra ou sigla CPCJ. Há várias situações importantes em que não é sequer referido e a intervenção nessas áreas não se faz sem pessoal. -----

Constatamos também que há 651 postos de trabalho ocupados, o que nos apraz, mas existe 140 postos de trabalho necessários que, quanto a nós, é manifestamente insuficiente dadas agora as transferências de competências e de responsabilidades, nomeadamente na Educação. -----

Consideramos também (nota positiva) que, destes 140 postos de trabalho necessário, mais ou menos 57 é de pessoal qualificado ou altamente qualificado o que demonstra que o nosso Município está e tem que cada vez mais responder a situações mais complexas e que necessitam

de uma base de formação superior, o que também nos apraz. Poderá colocar o Município em condições de alcançar outro tipo de investimentos. -----

Também não temos a informação de quantas pessoas trabalham para a Câmara Municipal que não fazem parte dos contratos de trabalho a tempo indeterminado. Sabemos que há muitos e que, como sabem, o PCP não corrobora com esta situação.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Passamos perante um Orçamento de 46 milhões de euros em linha com os últimos 3 Orçamentos 42, 47 e 48 e agora 46 milhões de euros.

As Grandes Opções do Plano constituem um documento estratégico da Autarquia onde se encontram inscritas as atividades e os investimentos a serem concretizados com caráter plurianual. Diz o documento que ele foi feito com base nas linhas de atuação no âmbito do PEDU, no Pacto da CIM Beiras e Serra da Estrela e em matérias de descentralização administrativa. -----

As GOP preveem ou deviam prever projetos, ações e objetivos. Aliás, para quem conhece as candidaturas feitas aos 2030 e aos PRR's desta vida sabe que é assim que se deve fazer. Mas aquilo que vemos é a mera desagregação pelas rubricas de serviços gerais, mais de 50%, 24,7 milhões de euros, Segurança e Ação Social, Saúde, Indústria e Energia, Comércio e Turismo e funções económicas com valores apenas residuais. Depois há a Educação, Habitação, Cultura e os Transportes. Há ainda as operações da dívida autárquica 3,8 milhões de euros. E, por último, as diversas não especificadas que constituem 2 milhões de euros num Orçamento de 46. -----

Na desagregação podemos observar que, relativamente à Educação, se diz *apetrechar os estabelecimentos com recursos humanos, equipamentos e infraestruturas, atividades de apoio às famílias, ATL e Refeições.* -----

Na Cultura e no Desporto se diz e se fala da importância dos museus e que se vai promover uma política desportiva sustentada na prática das atividades desportivas e de lazer. -----

Onde estão os investimentos para implementar o Plano Estratégico Desportivo Municipal? -----

Na Ação Social e Saúde, apresenta-se um projeto concreto de teleassistência na habitação. Apresenta-se, de facto, um projeto do 1.º Direito e, portanto, aí sim uma ação, um objetivo e uma estratégia. -----

No Meio Ambiente e por aí fora, coisas muito vagas e que não nos dão grandes indicações destes projetos. -----

Depois temos a indicação que o PPI são 18 milhões de euros; o PAM são 28 milhões de euros; para as freguesias não se prevê qualquer aumento durante todo o mandato em transferências correntes. Prevê-se 600 mil euros para as transferências de capital com a redução para 420 mil euros em 2025 e projetos que constam no PPI aparece-nos ali o conhecer o concelho 3.500 euros, muros de suporte de forma genérica e que não sabemos quais vão ser feitos, projetos iniciados em 2002, 2009, 2016 e 2017. -----

Não há um único projeto, ação ou objetivo novo com início em 2022. Isto é sintomático daquilo que se está a passar e daquilo que é este documento estratégico. 126 páginas de quadros repetidos, massudos e sem informação política, de comunicação, que sejam visíveis, legíveis e que

consigam ser apresentados de forma transparente e que seja possível comunicar a estratégia do Município aos eleitos, aos munícipes, às empresas, às IPSS's, às associações – aos interessados em matéria de município –, sem uma visão política que um documento desta natureza deve merecer.

Por isso, perguntamos para que serviram as reuniões com o Senhor Vereador das freguesias com o objetivo de preparar o mandato e priorizar os investimentos municipais nas freguesias? -----

O Senhor Presidente pede às IPSS's para fazerem o trabalho de casa e apresenta aqui este documento que reflete apenas o passado e não o projeto para o futuro. -----

Afinal, quais são as prioridades estabelecidas para a Freguesia da Boidobra? Gostaria de obter respostas em concreto porque as rubricas são gerais e não consigo perceber o que é que vai ser feito, nomeadamente: -----

- 1 - Requalificação da Sede da Junta de Freguesia; -----
- 2 - Arranjo urbanístico do espaço público da Conde José Calheiros que já vem do anterior mandato; -----
- 3 - Área de lazer da Ponte de Alvares; -----
- 4 - Novos passeios para a Rua Grupo Recreativo Refugiense, eixo TCT, rua das escolas (assuntos falados com o Senhor Vereador); -----
- 5 - Reabilitação do Parque Multiusos Duppigheim; -----
- 6 - Pavilhão Desportivo Municipal previsto no Plano Estratégico Desportivo Municipal; -----
- 7 - Criação do centro de lazer e desporto ao ar livre; -----
- 8 - Requalificação do cruzamento do eixo TCT – Estrada Municipal 507 que já foi alvo de notícia num jornal depois de declarações do Senhor Presidente a dizer que ia ser feita uma rotunda; -----
- 9 - Eliminação do estrangulamento na passagem de nível com projeto elaborado pela REFER; -----
- 10 - Pavimentação do caminho municipal 1027 – Quinta do Tapado; -----
- 11 - Sede do Agrupamento de Escuteiros 1222 da Boidobra; -----
- 12 - Melhoria das condições do campo 8 de Dezembro; -----
- 13 - Plano integrado para a reabilitação do centro histórico ou reordenamento da Praceta da Santa Casa. -----

Mais do que o tempo que passamos aqui a dizer aqui que a obra vai ser feita, que sou eu que pago e eu é que sei quando vai ser feita, o que as juntas e os presidentes de junta, no fundamental, querem fazer é planeamento. É dizer assim: *não é possível fazer este ano, nem é possível fazer para o ano. É preciso fazer este projeto, mais o projeto de especialidades, ... e a obra só pode ser feita em 2024. É isso que precisamos de saber – planeamento.* -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP):** “Penso que esta Assembleia Municipal merecia algum respeito. Este Orçamento tinha que ser apresentado pelo Executivo a esta Assembleia. -----

Nós não nos limitamos a ler documentos e a começar a votar sem ter uma explicação das opções políticas que estão por detrás de números porque o Orçamento são números, mas é um instrumento político. -----

E, da mesma maneira que em todas as câmaras do país e no Parlamento, o Governo ou quem é executivo explica aos deputados eleitos e representantes do Povo as suas opções e depois eles votam e discutem ou então temos aqui um exercício e é aquilo que nos é pedido que tomemos boa nota dos documentos que nos são apresentados e isso não faz sentido. Por isso, aquilo que nos limitamos a fazer aqui hoje é apresentar a apreciação que temos dos números que nos são apresentados. -----

O principal problema que a Covilhã tem, e acho que todos estamos de acordo, é a sangria populacional. Fomos dos concelhos do país e do distrito necessariamente que mais população perdeu nos últimos 10 anos e é isso que nos devia convocar a todos. Pensamos todos coisas muito diferentes sobre como resolver esse problema e é para isso que aqui estamos e é para isso que há debate, mas todos temos que concordar que esse é o principal problema e o Orçamento é um instrumento que deveria ter sido utilizado para resolver, atacar e mitigar esse problema. -----

Não temos nenhuma estratégia para combater a sangria populacional. Temos pequenas medidas, mas não temos nenhuma estratégia. -----

Este Orçamento é um orçamento que, relativamente a esse desafio, toma opções erradas, adia soluções que são urgentes e, além disso, há contas que não batem certo. -----

São opções orçamentais erradas porque não temos redução significativa de impostos, não devolvemos o IRS aos covilhanenses. A Câmara fica com mais riqueza que é criada pelos cidadãos.

Não temos a abolição de taxas, nem estamos a remodelar os parques industriais. Não estamos a dar apoio a quem pode investir aqui. -----

Não baixamos a fatura da água, nem revemos as taxas municipais para ficarem mais amigas da família. Temos famílias com menos apoio quando elas mais estavam a precisar. -----

Não criamos uma rede social robusta. Não executamos as reabilitações no Parque Habitacional. Os mais pobres continuam a não ser a prioridade. -----

Não acabamos de uma vez por todas com o mau estado das nossas vias de comunicação. -----

Quem menos tem, tem mais dificuldades. -----

E, por isso, o Orçamento com opções erradas é um orçamento que merece ser chumbado. -----

Mas há também o problema das principais soluções estarem a ser adiadas. Continuamos sem ter verbas para uma agência de captação de investimento, o que significa que vamos continuar a ter os concelhos à nossa volta a conseguir os investimentos e os empregos que poderiam vir para aqui e que noutras décadas seria para aqui que viriam. -----

Continuamos sem ter qualquer investimento em ambiente. Somos o segundo concelho do país que menos investe em ambiente e vamos continuar assim. É um histórico triste para uma cidade como esta que está na beira da Serra da Estrela! -----

Continuamos sem ter uma revisão a sério da rede de taxas e tarifas pagas pelos munícipes, o que significa que esta estrutura de taxas e tarifas não está ao serviço da população – está ao serviço dos cofres da Câmara. -----

Continuamos sem alterar o PDM e sem ter verbas para isso. Temos um PDM de 1.ª geração. Como é que podemos enfrentar os principais desafios quando as nossas linhas de estrutura urbanística são aquelas que vieram definidas na 1.ª geração de planos diretores municipais? -----

Continuamos sem ter verbas para uma estratégia municipal de turismo a sério e é por isso que acabamos a apoiar telenovelas. -----

Continuamos sem dinamizar os centros históricos – o da cidade e o das freguesias – o que significa que vamos deixando os espaços comerciais históricos ao abandono. -----

Por isso, é um Orçamento que, escapando às soluções do futuro, merece ser chumbado. -----

Há contas também que não batem certo. Para já, continuamos a não ter as contas publicadas das entidades participadas. Continuamos a não conseguir olhar para este Orçamento com todo o mapa que devemos ter. Podemos tomar boa nota, mas não tomamos nota suficiente daquilo que, por Lei, deveria estar a ser mostrado aqui. -----

Não estão também algumas contas que fariam sentido. Por exemplo: porque é que estão registadas nas contas provisionais de 2021 valores de 7 milhões de euros quando o Orçamento refere expressamente que não há responsabilidades contingentes? -----

Com buracos destes, com contas que não batem certo, é normal que seja difícil aprovar um orçamento mesmo quando há boa vontade de combater o principal problema. -----

Aquilo que este Orçamento revela é essencialmente falta de estratégia. Não é nem falta de boa vontade, nem é falta de amizade, nem é falta de amor à cidade, nem é falta de consideração pelas pessoas. É falta de estratégia e era isso que se pedia do seu 9.º Orçamento, Senhor Presidente.” -

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “A Câmara Municipal apresenta um Orçamento e Plano com valor na receita e despesa de 46 milhões de euros. -----

A receita – prevê cerca de 60% daquele valor em transferências correntes e de capital da administração central e programas comunitários. Nos impostos diretos prevê-se uma receita de 21,12%. -----

A despesa distribui-se 26.51 no Pessoal, 20.46 na aquisição de bens e serviços, 9.91 em transferências, 28.92 em aquisição de bens de capital. -----

A dívida já pesa 7,94% no peso do Orçamento. -----

A receita e a despesa têm uma quebra de 3 pontos (3.83), passa de 48 para 46 como resultado da redução de transferências de capital e de venda de bens. -----

Não se encontra justificação para o aumento de 81,9% para os rendimentos de propriedade de 2 para 4 milhões. Só inflacionando as previsões. Nem para o crescimento da receita e venda de bens de investimento. -----

Um antigo dirigente aposentado do Departamento de Finanças da Câmara afirmava, há mais de 20 anos, que *quando o Orçamento da Despesa não dá puxamos as orelhas à Receita. O que se faz ou não, o que avança e o que fica para trás depende da vontade dos políticos. As contas e o relatório de atividades irão refletir essas opções na taxa de execução.* -----

Saliento o peso dos impostos diretos (21,12%) com uma evolução gradual ao longo dos anos, passando na previsão orçamental para 2022 aos 9,7 milhões quando, em 2018, se situava pelos 8,5 milhões. -----

Quanto às Grandes Opções do Plano, verifica-se a manutenção das ações inscritas em anos anteriores com a inscrição de uma nova – Programa de Apoio à Reabilitação de Habitações do 1.º Direito. -----

Quanto à tabela de taxas, compensações e outras receitas do Município da Covilhã, documento que integra esta proposta de plano e orçamento, já em novembro de 2019 dissemos e afirmámos que existem valores elevados dos serviços prestados nos vários setores que vem de alguns anos e que esta Câmara, gerida pelo PS, tem atualizado com o valor estimado para a inflação para o ano em exercício. -----

Porém, também se verifica que a atualização não foi aplicada a todas as áreas da atividade municipal e ainda bem, mas contraria a afirmação do relatório do Orçamento. -----

E é nas taxas aplicadas à utilização dos equipamentos desportivos e de lazer e na taxa da TOS que discordamos de forma profunda. Não somos defensores do princípio social democrata do utilizador-pagador, princípio defendido pelo PSD e pelos vistos também pelo PS enquanto partido sociais democratas pela simples razão de que existem pessoas que não têm possibilidades de pagar, o que os limita como utilizadores acentuando as diferenças sociais. -----

As estatísticas indicam um milhão e meio de pessoas que vivem em estado de pobreza, algumas com família e com filhos. Como têm acesso aos serviços de desporto os que se encontram nesta situação no Concelho da Covilhã, em especial as crianças? Daí o Fundo de Coesão Social que a Câmara recebe, mas que não o aplica. Se o adulto pode gerir os seus recursos financeiros de acordo com as suas necessidades e prioridades, o mesmo não podemos dizer das crianças que são dependentes do adulto e das suas opções. -----

A maioria do PS que gere a Câmara Municipal há 8 anos, ao manterem as taxas anteriores atualizando anualmente de acordo com a inflação, demonstra que concorda com a sua estrutura, organização e valores herdados da Câmara Municipal gerida pelo PSD. Assume assim que a Câmara Municipal no serviço que presta à população tem uma visão de elevação progressiva dos custos dos bens e serviços de acordo com a inflação prevista quando a maioria da população não tem atualizações salariais de acordo com a inflação nem prevista, nem verificada. -----

No que toca à tabela de taxas, compensações e outras receitas, o PS não mexe. Porquê? Concorda com o que encontrou? A tabela de taxas, compensações e outras receitas tem alguma

correspondência e isso conjuga com o nível médio salarial praticado no distrito e no concelho com os rendimentos das pessoas, trabalhadores e empresas? Temos a insensibilidade para cobrar as taxas e tarifas mais elevadas do país (a TOS, a fatura da água, por exemplo) num concelho que se encontra numa região com o salário médio mais baixo do país (atrás de nós encontramos só Guarda e Bragança). -----

O PS, responsável pela gestão da Autarquia, não mexe na tabela de taxas porquê? Porque analisou, refletiu e comparou com o que se pratica em outros municípios? Porque fez uma avaliação dos serviços públicos prestados e concluiu que a população se encontra satisfeita na relação qualidade-preço do serviço? Porque verificou a não existência de reclamações da população, nem a existência de vozes críticas e houve propostas vindas da Oposição? -----

O PS, com responsabilidade na gestão da Câmara Municipal, ou ainda não percebeu, passados 8 anos, ou concorda com a visão estratégica da gestão do PSD de que as taxas do serviço da Câmara Municipal na área do Desporto e da Cultura, na promoção da saúde pública do desporto para todos, com a utilização dos equipamentos desportivos autárquicos existentes não deveria ser inferior aos valores praticados na área privada (pelo contrário, superiores) para reduzir a procura pública e canalizar a procura pelos privados. -----

Na área dos serviços administrativos e urbanismo são constantes as queixas dos valores praticados. Acabar com as taxas do estacionamento à superfície é uma exigência de toda a população e da Associação de Comerciantes. -----

Na ocupação do subsolo, somos confrontados com a TOS (processo complicado), mas onde a Câmara arrecadou receita que está a ser cobrada aos utilizadores da Beiragás. Esta empresa cobre, até 2023, aos consumidores de gás taxas relativas há mais de 10 anos. A Câmara propõe uma taxa de 3 euros para 2022. Sim, uma redução em relação aos 4,90 anteriores. Mas, mantem-se de forma obscena a cobrança de duas taxas: uma coerciva retroativa para compensar a empresa dos valores pagos ao Município em anos anteriores pela gestão PSD e outra aplicada por esta Câmara Municipal. Um assalto aos bolsos dos Covilhanenses utentes do gás natural. Uma insensibilidade que penaliza os utentes do gás natural, que penaliza os Covilhanenses por razões que lhes não são imputáveis, o que significa que um novo inquilino de domicílio na Covilhã com um contrato com a Beiragás paga duas taxas: a atual e aquela que o domicílio não pagou em anos anteriores, mas que o inquilino atual também não utilizou. Mas vai pagar. Não nos parece justo. -----

O que defendemos é simples: enquanto a Beiragás não concluir em 2023 a cobrança da taxa que não recebeu, mas que pagou antecipadamente ao Município, a Câmara Municipal não deveria sobrecarregar a população com mais taxas de ocupação do subsolo. Basta definir taxa zero. -----

No ano em que o Governo cumprir o que se encontra definido em Orçamento de Estado de anos anteriores por proposta do PCP e decidir que a taxa de ocupação do subsolo deve ser paga pela empresa sem incidência na fatura do gás, aí sim voltar a aplicar a taxa. -----

Quanto às taxas aplicadas às infraestruturas desportivas, quer pela mera utilização, quer pelos serviços prestados, a situação é deveras caricata e preocupante. Não é com a aplicação destas taxas que promovemos o desporto e a atividade física no concelho, nem fixamos pessoas. Não é com essas taxas que concretizamos o eixo 1 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo



aprovado em 25 de junho de 2021. Para concretizar este eixo, entre outras medidas, é preciso mexer nas taxas de acesso aos equipamentos desportivos. -----

Exmo. Senhor Presidente, vivemos num concelho onde se paga acima da média nacional os serviços que são prestados pela Autarquia. Vivemos num concelho onde se tem os rendimentos abaixo da média nacional. Vivemos num concelho envelhecido com um saldo natural negativo. Vivemos num concelho que perde população. Vivemos num concelho onde milhares de pessoas sobrevivem com rendimentos abaixo do limiar da pobreza. -----

Face a esta realidade, impõe-se outra relação entre a Câmara e a população. Uma relação mais amiga das pessoas.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD): (Doc. 19)** *“Inicio esta minha intervenção dando a conhecer a esta assembleia que no dia 10 de dezembro de 2021 às 10:30, houve uma reunião entre o PSD e o Sr. Vereador Eng. José Miguel Oliveira, no âmbito de Direito de Oposição à apresentação por parte do PSD de propostas/sugestões a incorporar no Orçamento Municipal de 2022, pelo que apresentámos um conjunto de 15 propostas/sugestões das quais estão 3 vertidas no Orçamento Municipal: -----*

- *Pavilhão Multiusos Municipal -----*
- *A Construção de passeios entre o eixo TCT e a zona industrial do Tortosendo -----*
- *Remodelação dos armazéns da CMC -----*

*Esta reunião teve aproximadamente a duração de 30 minutos, ou seja, existiu apenas para o cumprimento da lei, atendendo que no mesmo dia pelas 17:11 os senhores Vereadores receberam o documento final do Orçamento Municipal, o que nos leva a deduzir que das 15 propostas apresentadas pelo PSD acertámos em 3 que já constavam no documento, e nada mais foi acrescentado. Julquem por vocês mesmos! -----*

*Este orçamento de 2022 é o primeiro deste mandato, mas o nono do executivo Socialista, não sendo compreensíveis as falhas e as omissões que o documento encerra, nomeadamente no que respeita às Grandes Opções do Plano, onde deveriam estar refletidos os compromissos eleitorais assumidos para com os Covilhanenses nas últimas eleições, uma vez que o orçamento de 2022 apresenta a estratégia municipal num quadro plurianual até 2026, ou seja, que inclui na plenitude o mandato autárquico, este documento deveria mostrar a estratégia do executivo, pelo que ficamos esclarecidos quanto à falta dessa estratégia para os próximos 4 anos. -----*

*Uma falha grave é a redução do preço da fatura da água aos Municípios, sempre prometida e nunca concretizada, no entender do PSD a Câmara Municipal deve intervir no sentido desta redução de uma forma duradoura, entendemos que só existem duas formas de o fazer, **reduzir custos diretos da empresa AdC ou subsidiar a redução da tarifa através de uma compensação financeira por parte do Município.** -----*

*Não vendo como fazer pela primeira hipótese, pela má gestão, resta a segunda, regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----*

No Orçamento Municipal para 2022, não há nenhum mecanismo para a redução da tarifa para os próximos anos. -----

No que se refere a valores de **orçamentos participativos de 2016 e 2017**, apraz-nos referenciar que são apresentados valores referentes a orçamentos participativos destes anos e podemos ver nas GOP que são valores que se arrastam ainda para exercícios posteriores. -----

Qual o motivo para esta não execução e que projetos estão ainda em falta? -----

Quanto ao **orçamento participativo de 2018**, no valor de 675 mil euros, dos quais 485 mil euros em despesas de capital, foi inscrito no Orçamento de 2018, mas não executado, e desapareceu desde 2019 a esta parte. -----

Sabemos que, pelo artigo 4.º das Normas de Execução Orçamental, o Presidente ou o Vereador responsável podem tomar esta decisão, pelo que não se contesta a eliminação da verba, mas se questiona o motivo de modo a saber que projetos, instituições, freguesias ou grupos de cidadãos se veem privados dos investimentos apresentados e aprovados no orçamento participativo de 2018. -----

**Receitas de Dividendos:** -----

O n.º 2 da alínea b) do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que o OM deve conter os orçamentos de outras entidades participadas, em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município, pelo que existe uma omissão de tais informações que deveriam, obrigatoriamente, ser apresentadas a esta órgão, o que não acontece no presente documento. -----

Porque não foram? -----

Por esse facto não nos é possível validar ou confirmar a origem do valor de dividendos de empresas municipais referidos no orçamento, de montante superior a 300 mil euros. -----

De acordo com a Lei do Enquadramento Orçamental e o Regime Financeiro das Autarquias Locais, o Orçamento Municipal deve obedecer ao princípio da transparência e de transparente este documento não tem nada, sendo por isso mais uma clara violação àquele princípio consagrado no quadro legislativo referido. -----

**Contas de 2020 – Responsabilidades contingentes:** -----

Por não estarem, como deviam, publicadas no site da CMC as contas de 2020, nem o orçamento de 2021 (não cumprindo assim o disposto no artigo 79.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) não conseguimos determinar com fiabilidade a manutenção do valor registado em provisões e que ascenderá a cerca de 7 milhões de euros ou a sua transferência para mera divulgação como passivo contingente, tendo em consideração que no ponto 10 do Relatório do Orçamento 2022-2026 refere que não há responsabilidades contingentes. -----

Assim questiona-se a que se refere o valor dos suprarreferidos 7 milhões de euros? Bem como a sua fiabilidade para a mensuração? E ainda, por que razão este valor não se encontra já refletido na dívida municipal e inscrito no orçamento da despesa? -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Ao analisar o Orçamento Municipal da Covilhã para o ano de 2022, subscrevendo o que o meu colega de bancada Luís Rodrigues já referiu na sua intervenção e acreditando que todas as questões e dúvidas que também são as minhas irão ser devidamente esclarecidas, foquei-me nos recursos humanos e nas despesas com o pessoal, setor muito controverso nos últimos mandatos do Partido Socialista neste concelho e que me deixou com vontade de perceber se essa controversa teria ou não algum fundamento. -----

Em qualquer orçamento e também no municipal, devemos ver refletida a indicação do número de postos de trabalho que o município carece para o desenvolvimento da atividade. Certo? -----

Pois bem, se quiserem tentar perceber qual a política, qual estratégia e qual a visão do futuro que este ou outro qualquer município teria, tem e terá para o crescimento e desenvolvimento do seu concelho é olharmos para a importância e peso que alguns gabinetes e departamentos têm no conjunto geral do seu quadro de pessoal. -----

Sabem qual é o departamento que tem menos recursos humanos ocupados? Aliás, só tem um: o Gabinete do Empreendedorismo e Promoção do Desenvolvimento. -----

Sabem quantos prevê somar para 2022? Zero! -----

Sabem qual é a função deste gabinete? Entre muitas outras, acompanhar o estudo e a implementação de projetos estruturantes municipais e regionais; definir políticas de acompanhamento e incentivo ao desenvolvimento de setores económicos locais, apoiando os empresários, pequenas e médias empresas e comércio tradicional; promover a competitividade e inovação; cooperação com as associações e entidades regionais e nacionais; etc. -----

Confesso que fiquei chocada quando, ainda na reunião de 10 de dezembro com o Senhor Vereador Eng.º José Miguel Oliveira, o PSD no seu direito de oposição reforçou a necessidade de criar o dossier do investidor que iria ser um instrumento fundamental à valorização deste gabinete e à concretização dos seus objetivos. -----

Ao lado temos, por exemplo, o Gabinete de Comunicação. Tem 10 pessoas e a previsão de 4 novas contratações. Tirem as vossas ilações. -----

Dito isto vamos aos números. O mapa de recursos humanos refere a necessidade de contratação de 140 novos trabalhadores. Mas o Orçamento Municipal para 2022 reflete uma diminuição de 9.4% da rubrica Despesas com o Pessoal o que é incoerente e desfasado da realidade. Senão vejamos: -----

O valor das despesas com o pessoal no Orçamento Municipal para 2021 ascendia 13.524.945 € para um total de 811 postos de trabalho (611 já existentes e 200 para novas contratações). -----

No entanto, quando comparado com a proposta de quadro de pessoal para 2022, verificamos que existem 651 postos de trabalho existentes. -----

Em 2021 tivemos somente 40 novas contratações dentro das previstas, ou seja, previa-se 200 novas contratações em 2021 e contrataram-se 40. E 140 postos de trabalhos para novas contratações para 2022, ou seja, um total de 791 postos de trabalho. Por um lado, temos a previsão de 811 em 2021 e passamos para 791 em 2022. -----

Assim, comparando o valor previsto em 2021 em termos proporcionais, verificamos que existe um diferencial de cerca de 1 milhão de euros relativamente à dotação para 2022 que ascende a 12.253.050 €. -----

Como se justifica? Serão as saídas por reforma de funcionários com vencimentos mais elevados em contrapartida com a entrada de novos quadros em início de carreira suficiente para justificar este milhão de euros? Fica a pergunta. -----

Chamo a atenção no mesmo mapa para o número de postos de trabalho ocupados nos seguintes gabinetes: -----

- Gabinete de Apoio à Presidência – em 2021, o número de postos de trabalho ocupados eram de 9, sem nenhum posto de trabalho previsto para novas contratações. No mapa de 2022, continua a não haver a necessidade de novas contratações. Mas, os postos ocupados (os que lá estão agora) sobem para 10, ou seja, foi criado 1 posto de trabalho que não estava previsto no Orçamento Municipal de 2021; -----
- Gabinete de Comunicação e Relações Públicas – em 2021, o número de postos de trabalho ocupados eram de 8 adicionado de mais 1 posto de trabalho previsto nas novas contratações. No mapa de 2022, o previsto para novas contratações aumenta para 4. Passa de 1 para 4. Temos aqui um aumento de 3. Os postos ocupados aumentam para 10. Foi criado mais 1 posto de trabalho que não estava no Orçamento Municipal de 2021. -----

Posto isto, duas questões se colocam: -----

- Que alterações houve no quadro de pessoal, quando, como e porque é que foram aprovados, sabendo que esta alteração deveria ter sido submetida à apreciação deste órgão? -----
- O que justifica a contratação de mais 4 pessoas para um departamento onde o quadro de pessoal é já de si, na nossa humilde opinião, excedentário? -----

Ficam as perguntas. Aguardamos os esclarecimentos.” -----

- **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”):** Relativamente “aos prazos para envio do Orçamento, o Orçamento é sempre um documento bastante complexo e para que esta Assembleia o possa apreciar e discutir adequadamente é necessário tempo para o fazer e parece-me que realmente foi pouco o tempo que nos foi facultado para fazer uma análise profunda do documento, tanto mais que atravessámos uma quadra em que, além das festas, tem também bastantes mais dias de inatividade.” -----

Seguidamente, fez a seguinte intervenção: **(Doc. 20)** “A proposta do Orçamento para o ano de 2022 deve ser um documento que respeite princípios de rigor técnico e reflita a planificação da atividade do próximo ano, e dos anos seguintes, no Município da Covilhã. -----

Preocupa-nos o ponto de partida para este orçamento, uma vez que o Município da Covilhã se apresenta como o terceiro pior município do país, quanto aos resultados económicos obtidos em

2020. Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2020, o resultado líquido negativo foi de -10,2 milhões de euros (10 283 211EUR). -----

Estes 10 milhões de euros de resultado líquido negativo espelham a diferença entre a forma como o executivo planeia e a forma como executa o orçamento. Conseguirá arranjar desculpas com a situação de pandemia, mas não consegue arranjar 10 milhões de justificações para este prejuízo que é preocupante. -----

Como referi, o Orçamento é um documento que obedece a princípios de rigor técnico e que deve ser adequadamente escrutinado. Entendemos que a intervenção do auditor externo não se deve cingir à emissão da certificação legal de contas, mas sim estar também presente e pronunciar-se, nesta assembleia, sobre o Orçamento e as grandes opções do plano. -----

Este documento deve também refletir a ambição, nos próximos anos, para o concelho da Covilhã. Na sua leitura fundamentamos a preocupação com o que está previsto no Plano Plurianual de Investimentos. A ambição diminui de 19 milhões de euros – que constavam do orçamento de 2021 – para 18 milhões de euros de ambições, no Plano Plurianual de Investimentos de 2022 que nos propõem votar. Destes 18 milhões, 3,7 são despesas com passivos financeiros, deixando apenas 14,4 milhões para investimento em capital fixo. Não encontramos os projetos do PRR que o executivo diz ter apresentado e que constituíram tema de campanha nas últimas eleições autárquicas. -----

Recordamos que, em 5 de setembro de 2021, o Dr. António Costa afirmou na Covilhã, numa ação de campanha, que “havia verbas exclusivas para o interior no PRR” para projetos que garantem o seu desenvolvimento e competitividade. -----

Entendemos que, neste documento, deveria estar indicado onde podemos encontrar um desses projetos – do PRR – e qual o valor que lhe está destinado. -----

Contextualizando, estamos a terminar um quadro comunitário, trabalha-se no Portugal 20-30, ouvimos falar em bazucas financeiras e este orçamento apresenta-se, apenas, com a ambição de 18 milhões de euros no Plano Plurianual de Investimentos?! -----

A rubrica que se afigura como mais relevante neste orçamento é a que regista os custos com pessoal. Verifica-se que, entre 2013 e 2022, as despesas com pessoal passam de 18,1% para 26,51% das despesas totais, ou seja, um aumento superior a 8 p.p. -----

Quer isto dizer que este orçamento prevê que mais de 12 milhões de euros sejam gastos com pessoal, um aumento significativo ao longo dos anos, sem que os munícipes e investidores percecionem um melhor e mais rápido funcionamento (mais eficiente, portanto) desta câmara. Por outro lado, o aumento de efetivos faz transpirar, para a opinião pública, a ideia de alguma opacidade nas contratações, extensível a prestadores de serviços, que não aparecem na rubrica de despesas com pessoal e que, no seu conjunto, são vistos como o resultado de partidarização dos serviços. -----

Estamos convictos que os temas reunidos para votação, no ponto 2.2 da Ordem de Trabalhos, deveriam passar a ser objeto de propostas separadas. -----

*A título exemplificativo, refira-se a inutilidade da forma como é apresentada a proposta de atualização da tabela de taxas, quando a mesma resulta da aplicação direta do respetivo regulamento, tornando redundante esta apreciação. -----*

*Quanto às empresas municipais, nomeadamente a ICOVI, não podemos deixar de registar o seguinte: -----*

*Em 2013, ocupava o quadro de honra das empresas com melhores resultados económicos em Portugal. Nesse ano registou resultados líquidos positivos de mais de **meio milhão de euros** (524 977 euros, de acordo com o Anuário Financeiros dos Municípios Portugueses – 2013). -----*

*Atualmente, a ICOVI ocupa o quadro das empresas municipais com piores resultados económicos em Portugal, tendo registado 234 873 euros de prejuízos (Anuário Financeiros dos Municípios Portugueses – 2020). -----*

*Compete a esta câmara municipal garantir a inversão desta tendência. A nossa expectativa é que para o exercício de 2023 (e ao invés do que se prevê para 2022) a câmara apresente um orçamento que traduza o regresso a esse rumo e representado pelo binómio bons serviços/bons resultados. –*

*Na realidade, esta Orçamento deveria demonstrar já a tendência de inversão dos resultados económicos destas empresas, nomeadamente a ICOVI e Parkurbis. -----*

*Pensamos, pois, que este orçamento e as grandes opções de onde emerge, deveriam satisfazer o duplo objetivo de atrair e promoverem condições mais ambiciosas para os munícipes e perseguirem uma excelência de gestão conducente ao melhor equilíbrio das contas públicas. -----*

*Ainda assim, considerando o início de um novo ciclo de gestão camarária, ao qual pretendemos dar o devido acompanhamento, entendemos que não devemos, nesta fase, fragilizar a gestão camarária com a criação de obstáculos, pelo que concedemos o benefício da dúvida, através da abstenção na votação destes documentos.” -----*

**- Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “As Grandes Opções do Plano para 2022 a 2026 inscrevem, para a área da saúde, a quantia de 10 mil euros em 2022 e em 2023, passando a zero nos anos seguintes (2024, 2025 e 2026). Não se pode compreender esses valores numa altura em que a saúde e os cuidados públicos de saúde estão na ordem do dia e são a preocupação maior de grande parte da população. -----

Agora que o investimento na saúde deveria ser necessariamente maior e é maior em inúmeros municípios, a Covilhã entende suficiente afetar 10 mil euros à área da saúde. É flagrante a total ausência de estratégia para 2022 quanto à saúde dos Covilhanenses. Até politicamente este Orçamento é pouco hábil. Agora que tanta relevância é dada à saúde, ao estado do SNS, agora que a população está preocupada e receosa com os cuidados de saúde ou falta deles que precisa receber, a estratégia do Município é pretender que nada se passa e passar por cima. -----

Veja-se o Fundão, aqui ao lado, que quis ver instalada no concelho a Unidade de Medicina Nuclear e não parou até o conseguir. Financiou, promoveu, alavancou, diligenciou e a Unidade é uma realidade e em fase de conclusão. -----

Na Covilhã ainda aguardamos pela Unidade Hemodinâmica há tanto prometida. Não deveria a Câmara olhar para os bons exemplos e replicar? -----

Em Évora, a Unidade Hemodinâmica já está em funcionamento e em Vila real já está em fase de conclusão. -----

Na Covilhã, os doentes com insuficiência cardíaca ou com problemas cardíacos continuam a serem transportados de urgência para Viseu ou Coimbra e todos sabemos que os casos são muitos. -----

O que tem feito este executivo para resolver esta situação? Se a pressão política não tem sido suficiente, que se meta *mãos à obra* e se assuma o encargo de dar esta Unidade à Covilhã. -----

Há mais de 6 meses que ficámos também a saber que a Câmara tinha arrendado a ANIL as instalações do antigo acondicionamento para aí ser instalada, entre outras coisas, a Unidade de Saúde Familiar. Até agora pouco ou nada mais se ouviu. Que fará a Câmara em 2022 para que a instalação da Unidade de Saúde Familiar seja uma realidade? É a isso que se destinam os 10 mil euros? A verdade é que não se descortina qual a estratégia do Município, nem a razão de se terem inscrito 10 mil e não 20 mil ou qualquer outro valor. -----

Numa altura em que todos sabemos das dificuldades de atendimento em hospitais e centros de saúde, não podia esta Câmara ter apostado, como tantas outras, na aquisição de unidades móveis de saúde que possam colmatar, diretamente junto das populações, as dificuldades de atendimento e de rastreio de doenças, ajudando ao mitigar das listas de espera? -----

Este é um Orçamento que nos preocupa.” -----

- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS):** “Após uma análise detalhada ao documento em discussão neste ponto da Ordem de Trabalhos, quero enumerar aqui um conjunto de apontamentos que, no meu entender, são bastantes relevantes e o indicador do excelente trabalho que o Executivo do Partido Socialista tem vindo a realizar ao longo destes mandatos. -----

Na evolução da receita corrente, conseguimos perceber que, apesar dos impostos terem diminuído em percentagem na sequência das deliberações deste órgão, o valor global da receita aumentou o que significa que a Covilhã é uma cidade atrativa e que as pessoas continuam a investir. -----

Neste parâmetro é possível também percebermos que há uma diminuição das receitas provenientes de transferências de capital o que, à partida, não é bom. No entanto, havendo candidaturas submetidas para a comparticipação da Administração Central e comparticipação comunitária é de esperar que esta receita cresça. -----

É a nossa profunda convicção que aqui viremos, numa próxima reunião, aprovar uma alteração orçamental que acomode esse aumento nas transferências de capital e que as verbas libertas possam ser reinvestidas. -----

Não se deixa de realçar que a saúde financeira do Município lhe permite já assumir compromissos com a população sem que para isso esteja dependente de outros organismos. Um longo caminho se faz. -----

Passando para a evolução da despesa relativamente à questão das despesas com o pessoal, esta nova normativa contabilística permite fazer uma comparação mais lúcida das receitas e despesas. Verificamos uma diminuição de 10% de 2021 para 2022 nestas despesas, mas permite-nos também verificar que o maior aumento nas despesas com pessoal se regista de 2019 para 2020, ano em que as transferências correntes da Administração Central aumentam também de forma expressiva – consequência da Lei n.º 50/2018 que transfere competências da Administração Central para a Administração Local. -----

Acaba-se assim o argumento da oposição segundo o qual seriam os compadres do Partido Socialista o verdadeiro motivo deste aumento das despesas. Resta saber o propósito com que afirmam taxativamente se por desconhecimento ou mesmo para ludibriar os Covilhanense. -----

Ainda nesta área, as transferências correntes aumentam 11%, dinheiro que é transferido para as juntas de freguesia. Fazendo uma comparação e tendo o primeiro ano como referência, o aumento é de quase 80%, o que revela um apoio enorme à população de todo o concelho, através do apoio às suas juntas de freguesia, e também uma manifesta preocupação que o Partido Socialista tem e sempre teve no domínio da coesão territorial. -----

Já na evolução da despesa de capital, é notória a preocupação que o Município mantém na realização de obra independentemente de não ser ano eleitoral. -----

Um outro grande indicador da sustentabilidade são os quase 60% das despesas de capital financiados por despesa corrente, longe dos tempos de empréstimo, atrás de empréstimo, atrás de empréstimo. -----

Nas Grandes Opções do Plano poderemos verificar detalhadas também as preocupações estratégicas do Município para os anos vindouros que podemos observar inúmeras áreas de ação.

Em primeiro lugar, a Educação como prioridade com um largo investimento no Parque Escolar não só ao nível de recursos humanos, mas também de equipamentos e investimento nas infraestruturas, a implementação de atividades de animação e apoio à família em todos os estabelecimentos do ensino pré-escolar da rede pública que já tem sido prática implementada em anos anteriores e que se manifestam fundamentalmente para promover a igualdade de oportunidades no acesso à Educação. Para além disto, o Município continuará com a atribuição de refeições escolares de forma gratuita a várias famílias que terão ainda acesso à compra de material escolar. -----

Em segundo lugar, a preocupação contínua com a coesão territorial através do investimento dos transportes e comunicação, promovendo uma circulação rápida e eficiente seja ao nível de pessoas ou de mercadorias, onde se podem constatar a realização de intervenções que contribuem para a circulação em segurança, como podemos observar em várias zonas de Norte a Sul do Concelho. -----

Em terceiro, a renovação do espaço público e a habitação social é também algo em evidência neste documento onde observamos que o Município continuará a reabilitar as habitações sociais dos cidadãos mais vulneráveis, a disponibilizar habitações de emergência social para casos específicos, a promover o acompanhamento contínuo das famílias carenciadas, a promover práticas inclusivas



dentro das comunidades mais necessitadas e com o projeto 1.º Direito a promover soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições indignas. -----

E, por último, uma aposta clara nas áreas da Cultura e do Desporto com um investimento sem igual nos últimos anos nestas duas áreas. As provas disso são as inúmeras instalações criadas e renovadas pela Câmara Municipal da Covilhã como, por exemplo, o Museu da Covilhã numa clara preocupação em preservar o património histórico da cidade e dar a conhecê-lo a quem por cá passa, a reabilitação do Teatro Cine que deu lugar ao novo Centro de Inovação Cultural da Covilhã que se viu privada durante anos de um espaço tão querido, quanto necessário em boas condições. Hoje a Covilhã pode afirmar-se como um motor de desenvolvimento cultural, garantindo boas condições, não só para quem cria a arte como também para quem tem o privilégio de a poder assistir confortavelmente. -----

A aposta na prática desportiva e na promoção da cidade através do desporto é notório e temos vários exemplos recentes disso como aconteceu com o apoio incondicional que o Município deu na organização das fases finais dos campeonatos nacionais universitários e, como ouvimos no Voto de Louvor feita à Associação Académica da UBI, o apoio à realização do campeonato europeu universitário de andebol em 2025, assim como inúmeras outras atividades realizadas em várias vertentes do desporto a nível local seja individual ou coletivo e o apoio prestado aos vários clubes, associações e coletividades do concelho. -----

Por estes motivos que acabei de mencionar, o Partido Socialista votará favoravelmente o Plano de Orçamento para 2022.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Felicitar o Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, pela apresentação de mais um documento que vai permitir à Câmara Municipal e ao Município da Covilhã prosseguir o caminho que tem desenvolvido, nomeadamente nos últimos dois mandatos. -----

E o caminho que tem desenvolvido nos últimos dois mandatos é um caminho de afirmação, é um caminho de saneamento das contas públicas, é um caminho de recuperação da credibilidade junto dos parceiros e junto das entidades vizinhas e é um caminho que tem permitido ao Município da Covilhã ser referenciada em vários fóruns como um exemplo na atração de investimento privado, como um exemplo no aproveitamento de fundos comunitários e como um exemplo daquilo que é a regeneração urbana. -----

Este é um orçamento, por exemplo, que vai permitir continuar a renovação do Parque Escolar com a Escola Campos Melo e com as outras escolas que ainda estão para renovar, complementando o trabalho que já foi feito até hoje. -----

Este é um orçamento que vai permitir realizar a Unidade de Saúde Familiar, como já foi aqui hoje falado pela Senhora Deputada. -----

É um orçamento que, pese embora não tenha participação comunitária, vai permitir ao Partido Socialista e ao Executivo Municipal continuar a fazer a recuperação das estradas e vias municipais como tem sido feito até aqui. -----

É um orçamento que vai permitir continuar a desenvolver a rede de miradouros que não existiam antes de o Partido Socialista chegar à Câmara, tal como não existia nenhum percurso pedestre e ciclável no nosso concelho. -----

É um orçamento que vai permitir certamente aprovar e desenvolver grande parte, esperemos nós, dos 60 projetos que o Senhor Presidente da Câmara já anunciou nesta Assembleia, que estão sinalizados para serem aproveitados no PRR e nos fundos comunitários. -----

Mas é um orçamento que vai permitir também combater a pandemia como já foi feito até aqui, não existindo mesmo dotação orçamental provisionada nos orçamentos anteriores. Relembremos que este Executivo Municipal, pelas palavras do Senhor Presidente, já investiu mais de 2 milhões de euros no apoio às instituições mesmo aquelas em que não temos obrigação de o fazer. -----

É um orçamento que vai também permitir continuar a apostar no parque de máquinas que encontramos profundamente degradado. -----

É um orçamento que, ao contrário daquilo que os Senhores Deputados da Oposição criticam e estão contra, vai permitir continuar a apostar nos recursos humanos da Câmara Municipal. É bom lembrar que foi este Executivo Municipal que teve a capacidade, através de uma lei aprovada pelo Governo do Partido Socialista, de integrar precários na Câmara Municipal (alguns deles estavam há mais de 20 anos em situação precária). -----

Mas também foi este Executivo Municipal e os orçamentos deste Executivo que permitiram a valorização dos recursos humanos dentro da Câmara Municipal, permitindo mobilidade intercarreiras e a valorização desses recursos humanos porque, para prestarmos um bom serviço às nossas populações, temos que cuidar bem daqueles que trabalham para as nossas populações.

Este não é um orçamento para os ricos e compreendo que a nossa Oposição não goste. -----

Este não é um orçamento que pretende baixar o IRS porque, por definição, as famílias mais pobres já não pagam. O IRS é um imposto que é pago por quem tem mais rendimentos e compreendo que a nossa Oposição de Direita pretendesse aliviar a carga fiscal daqueles que mais têm. Mas, o Partido Socialista entende que essa não é justiça social. -----

Este não é um orçamento que prevê o aumento do IMI nas Penhas da Saúde que, apesar de ter muitas habitações de primeira opção, é sobretudo um espaço com habitações de férias. -----

Este não é um orçamento que nos vai permitir recuperar a região de turismo da Serra da Estrela extinto no célebre Governo do PSD. Também não é essa a nossa competência. Mas é um orçamento que permite continuar a investir no Turismo, posicionando-nos hoje como um dos destinos mais atrativos do nosso país, nomeadamente no Interior. -----

Este é um orçamento de realização que capacita o Executivo Municipal e a Câmara Municipal da Covilhã para fazer face aos desafios que aí vêm, ao aproveitamento dos fundos comunitários, nomeadamente o PRR, e continuar na senda do desenvolvimento e daquilo que tem sido até agora o aproveitamento exemplar de fundos comunitários. -----

É um orçamento que vai permitir construir um pavilhão multiusos que quando, na altura, havia fundos comunitários para aproveitar e construir o pavilhão desportivo não o fizeram. -----

Este é um orçamento de realização e, por isso, quero reforçar a nota de que o Partido Socialista votará favoravelmente e com orgulho este Orçamento Municipal.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Pedia, em primeiro lugar, aos serviços e à Mesa que ficasse registado em ata o que o Partido Socialista acabou de dizer de que considera que quem paga IRS são os ricos. -----

Em segundo, lembro-me das últimas discussões de orçamentos e de contas e acho que aquilo que foi dito aqui agora podíamos ter posto uma gravação de assembleias anteriores porque a conversa é a mesma, os adjetivos são os mesmos, o argumento é o mesmo, ... mostra coerência, boa capacidade de antecipação dos discursos da Oposição porque vêm aqui ler discurso escrito já com respostas à Oposição. -----

Mas também reparei que é um discurso sobretudo que me faz lembrar aquilo que criticavam aqui ao início: o Passos - aquele discurso das contas certas, da estabilidade, de pagar aos fornecedores, do equilíbrio financeiro, ... -----

Pensava há bocado que estava a ouvir o Passos! Parece mesmo um discurso do Governo do PSD e do CDS da altura! Aquilo que criticaram no início da Assembleia foi aquilo que vieram exatamente aqui agora a fazer – o que é muito interessante. -----

Que fique aqui para registo de todos nós de que o Partido Socialista nesta Assembleia reconheceu a importância das ideias da Oposição e do discurso de mantermos um equilíbrio e um saneamento financeiro para o futuro. -----

Quanto à regularidade das contas, acho que ficou aqui pelo menos explicado que não é bem assim. Há desvios, há contas por explicar e fazia uma questão: -----

- se abrirmos o site da Câmara Municipal e formos pesquisar as empresas às quais a Câmara tem participação, encontramos 5 ou 6 empresas, mas depois vemos lá a AdS – Águas da Serra, aquela que o Senhor Presidente da Câmara, em entrevistas no passado, dizia que os serviços e a Câmara não tinham provas de ter participação nas Águas da Serra, mas no site da Câmara diz lá que temos uma participação de 180 mil euros de capital social que corresponde a 30% das ações da AdS. Questionei há tempos, “*mas a Câmara não é convocada para a Assembleia de Acionistas?*” Não me responderam. A Câmara tem ou não participação na AdS? Não nos foi respondido. Puseram no site que tem participação. Portanto, cingimo-nos àquilo que a Câmara nos diz e diz-nos ela que tem 30% da AdS, correspondente ao capital social de 180 mil euros. -----

No entanto, neste documento que nos enviaram para votação, não tem um euro para a AdS! Também desaparece dali o IRC, mas mantém-se lá as outras todas. A minha questão é: afinal, a Câmara tem ou não tem participação na AdS? -----

Falta também a rubrica da Associação de Municípios da Cova da Beira a qual a Câmara da Covilhã disse que ia agora integrar. Não faz parte pelo menos por agora.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal** prestou esclarecimentos sobre questões levantadas. Referiu que “dá ideia que este Orçamento não foi apresentado à Oposição! Vamos andar quantas vezes a apresentar o Orçamento?! Chama-se a Oposição e diz-se-lhes *“olhe, temos aqui este Orçamento; as linhas prioritárias são estas; queremos contemplar isto, aquilo e aqueloutro; as linhas de forças são estas; as verbas e os eixos principais são estes; e digam lá de vossa justiça e deem lá os vossos contributos.”* O Orçamento está apresentado. Não precisamos de andar recorrentemente aqui a ter essa conversa que é sempre interessante, mas a explicação está dada. -----

O Orçamento está apresentado por isso é que existe o Direito de Audição da Oposição antes da apresentação formal do Orçamento e isso obviamente não impede este debate. -----

Dar uma outra nota quanto ao conteúdo do Orçamento. Este é um orçamento de transição de mandato. É um orçamento de transição de quadros comunitários. É um orçamento elaborado num contexto em que temos que concretizar, no ano de 2022, candidaturas que não quisemos desperdiçar e que fomos, em abril do ano passado, apresentar nos sítios próprios. Temos uma elevadíssima taxa de êxito nas candidaturas que temos apresentado e vamos continuar nessa senda. Depois qual é o argumentário? É o tradicional: à Direita é falta de estratégia e falta de ambição; à Esquerda é a falta de planeamento e é a conversa da antiga União Soviética. À míngua de argumentos dão sempre essa explicação. -----

A verdade é que os números, os projetos, as obras e os apoios estão aí. -----

Claro que é óbvio que temos aqui uma dificuldade que já perceberam e que já foi explicada. Temos 7 milhões de euros que estão “alocados” ou “pendurados” (como lhe queiram chamar) a esses tais projetos comunitários que candidatámos este ano em abril, mas que uns ainda estão em fase de aprovação, outros ainda não chegou a altura do pagamento e, como pessoa de bem que somos, queremos honrar os compromissos. E, por isso, durante este primeiro trimestre temos esses 7 milhões afetos a essas candidaturas. -----

Temos lá as rubricas. Não queríamos enganar ninguém. A existência da rubrica de *per si* já justifica a inserção dos respetivos projetos. -----

Temos outra realidade que aqui não foi referida e que é incontornável – temos 7 milhões de saldo de gerência. Só que o saldo de gerência só pode ser utilizado depois da aprovação de contas, ou seja, será utilizado em finais de março/princípios de abril do próximo ano. -----

Estamos a falar de números reais, concretos, objetivos e os projetos e os apoios que foram prometidos em campanha eleitoral vão ser concretizados. -----

Depois temos factos como este: este Orçamento tem uma diminuição de 9,4% nas despesas com o pessoal, mas do que vejo aqui da conversa aqui trazida é que vamos ter um aumento de despesa com o pessoal. Gostava que me explicassem onde é que veem aumento da despesa com o pessoal!

Explico porque é que temos uma diminuição com a despesa com o pessoal: este ano já prevíamos que em 2022 se iriam reformar trabalhadores nossos. Contratámos imediatamente os seus substitutos. Há um somatório da despesa com aquele que já estava a trabalhar com aquele que veio. Depois, com a saída no próximo ano com a aposentação desses funcionários, há uma diminuição. Também há uma diminuição porque os substitutos, que estão no início da carreira,

vão receber menos do que recebiam os seus antecessores que estavam no topo da carreira quando saíram. -----

Sabem qual é o lugar do GAP? É o lugar de um funcionário da Autarquia que vem de um lado para outro. O aumento de despesa, que não é nenhum, é esse! É um motorista que, em mobilidade, vem de uma empresa municipal que é nossa para a Câmara Municipal. -----

Depois a Saúde. Nós que fizemos obras no Centro de Saúde sem a tal sermos obrigados e que ajudou imenso na pandemia, nós que vamos e estão em curso já obras e projetos para a Unidade de Saúde Familiar, não estamos preocupados nem queremos saber da Saúde! Nós que conseguimos e lideramos o processo na Cova da Beira de um Covid Drive no âmbito da saúde (fomos praticamente pioneiros a nível nacional) não fizemos nada na saúde e não queremos saber da saúde! Caem no ridículo virem aqui dizer estas coisas que são desmentidas pela realidade. ----

Este Orçamento tem a legitimidade que nos foi conferida pelo voto popular, que contém as ambições e as promessas e claro que vão ser mais densificadas daqui por 3 meses. Daqui por 3 meses, os Senhores Deputados vão fazer o favor de virem aqui discutir a inserção mais especificada daquelas obras e projetos que queremos efetivamente realizar. Porquê? Estarão libertados os 7 milhões ou parte dos 7 milhões das obras que estão candidatas e vão ser incorporados também os 7 milhões no saldo de gerência. Temos aqui depois cerca de 14 milhões (número redondo) para então sermos mais precisos.

Se aqui viéssemos com o exercício de empolamento, era falta de transparência. Agora também é verdade que existem rubricas no Orçamento onde podemos inserir obras mesmo sem elas lá estarem especificadamente mencionadas. Dou-vos um exemplo: o Posto da GNR do Tortosendo ou o do Paul. Se, entretanto, se desbloquear a situação e celebrarmos o protocolo, está lá a rubrica – o dinheiro vem e lá está. -----

Depois, falta de ambição quando temos um programa como o do 1.º Direito, que foi assinado há poucos dias com o Ministro das Infraestruturas no Salão Nobre, dos primeiros municípios a densificar esta estratégia que começámos a trabalhar em 2018?! Temos tanta falta de estratégia que, logo que nos apercebemos que havia esta vontade governativa, fomos para o terreno fazermos levantamentos e fazer o trabalho de casa. O Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes era Vereador e lembrar-se-á das referências que o responsável pela elaboração da Estratégia Local de habitação disse: que lhe facilitámos a vida porque fizemos, a tempo e horas, o trabalho de casa. Portanto, a nossa falta de estratégia é tal que até nos antecipámos aos diplomas legais e, depois quando eles surgem, estamos ali para apresentar a candidatura. Estamos a falar de 3,8 milhões de euros. -----

Depois, os valores das juntas e das associações – serão reforçados obviamente daqui por 3 meses como está planeado, de acordo com os compromissos assumidos. A palavra é para se honrar e temo-lo feito. Podemos, porventura por motivos de força maior, deslizar às vezes no tempo. Por exemplo, houve várias coisas que já foram aqui citadas que queríamos tê-las feito antes, mas não encomendámos por exemplo a pandemia que a todos nos afeta (o funcionamento das empresas, da Câmara Municipal, ...). Essas entropias e essas areias na engrenagem não somos nós que as colocamos lá. É a vida que nos surge. -----

Depois estamos a falar, e é preciso não esquecer, de um documento que é previsual. É um documento dinâmico. Já lhes estou a dizer com franqueza, olhos nos olhos, que daqui por 3 meses cá estaremos para fazer a devida alteração ao Orçamento para incorporar o dinheiro que for reafectado e aquele que vem do saldo de gerência. -----

Referiu-se aqui muito sobre o Pessoal. A Autarquia tem 651 trabalhadores porque, como sabem, cerca de metade deste número provém das escolas. Não andámos por aí a contratar trabalhadores! Estamos a falar da transição de trabalhadores para o Município, portanto sejamos justos e corretos nessa análise. Para ser factual, dizer que existem 6 trabalhadores pertencentes a entidades terceiras e não temos *outsourcing*. -----

Falou-se na TOS. A TOS, como sabem, nós não interferimos nas decisões judiciais. Houve uma decisão judicial. Está a ser cobrada por quem de direito essa mesma taxa para cumprir uma obrigação que é uma sentença judicial. -----

Entretanto, já reduzimos 30% a TOS. Só que, infelizmente, ainda não se repercutiu ou sentiu na fatura. Mas a culpa não é nossa. Hão de constatar que, logo que a sentença esteja cumprida, vamos ter um abatimento nesta proporção (30%) na Taxa de Ocupação do Subsolo. -----

Foi aqui referido pelo Dr. Vasco Lino a verba de 10,2 milhões de euros. Só para o relembrar: a alteração do regime contabilístico POCAL para SNC-AP distorce estes números. Bem sabe que a razão de ser desta verba tem a ver com esta mudança onde as taxas de amortização são superiores e, sendo superiores, é a justificação cabal, clara, objetiva e incontestada desta situação. -----

Cá estamos para cumprir as nossas promessas, para dar corpo à ambição e à esperança que os Covilhanenses depositaram em nós e este Orçamento, que será alterado daqui 3 meses sensivelmente, concretizará de forma ainda mais específica as vossas vontades e as vontades dos nossos concidadãos e, assim, cumpriremos a missão com o nosso plano e com a nossa estratégia e não com o vosso plano, nem com a vossa estratégia.” -----

- **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Relativamente ao SNC-AP, do ponto de vista técnico penso que reflete uma maior transparência das contas e, por isso, está a ser adotado não só em Portugal como em toda a Europa, vindo já dos Estados Unidos, nomeadamente nas instituições públicas onde já tive a oportunidade de o implementar em mais do que em um setor. -----

A segunda nota, senti-me particularmente incomodado quando o Senhor Presidente dividiu dicotomicamente esta plateia da Assembleia em Direita e Esquerda porque se há uma coisa que me traz aqui a esta Assembleia é sentir-me numa abordagem completamente diferente dessa abordagem radical de Direita e de Esquerda. -----

Por fim, com toda a consideração e estima que sabe que me merece, penso que a discussão que aqui tivemos hoje teria sido evitada se realmente o documento tivesse sido disponibilizado atempadamente. O Senhor Presidente teve a amabilidade de referir que realmente esta é uma área que me movimento com algum à vontade e, como sabe, tenho décadas de elaboração e de preparação de orçamentos e, com toda a boa vontade que o Senhor Vereador José Miguel Oliveira teve em conversar comigo, o que é certo é que não tivemos discussões, não tivemos documentos

que nos permitisse previamente discutir as coisas. Porque, nessa reunião, se eu tivesse tido algum documento seguramente teria tido a oportunidade de dar mais contributos e de discutir mais o documento. E hoje, provavelmente, se calhar até teria dito as coisas de outra maneira, mas penso que os trabalhos teriam sido enriquecidos se tivéssemos podido apreciar o documento com algum tempo.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Orçamento para 2022, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos** foi a mesma **aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de: Orjais, Barco e Coutada e Peso e Vales do Rio), 3 abstenções (Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”) e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Peraboa e Tortosendo) e 12 votos contra (PPD/PSD, CDS-PP, PCP e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferro).** -----

**Não votou por não se encontrar presente no Auditório o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Erada.** -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “A abstenção no Orçamento por parte da Junta de Freguesia do Tortosendo foi proporcionada pela intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

O Senhor Presidente disse aqui que este era um Orçamento de realização, que as obras estavam no Orçamento, que as prioridades estavam no Orçamento e que o Orçamento continha as promessas, mas não vi a promessa, nem nas Grandes Opções do Plano, da Avenida Monte Hermínios e outras obras para a Freguesia. -----

Não votámos contra. A Junta de Freguesia absteve-se e não deixa de ser um voto de confiança. Cá estaremos, daqui três meses, para ver se estas grandes obras para a nossa freguesia aparecem na alteração ou revisão orçamental”. -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) conjuntamente com o Grupo Municipal do PPD/PSD: (Doc. 21)** -----

**“Voto contra o Orçamento para 2022** -----

**Opções erradas, soluções adiadas e contas que não batem certo** -----

*Os grupos municipais do PSD e CDS-PP votam contra a Proposta de Orçamento para 2022 por três razões muito simples: as opções orçamentais estão erradas, as principais soluções para os problemas do concelho voltam a ser adiadas e as contas não batem certo.* -----

**As opções orçamentais estão erradas.** -----

*Não temos uma redução significativa de impostos, não devolvemos IRS aos covilhanenses. O Estado a ficar cada vez com mais riqueza que é dos cidadãos. -----*

*Não temos abolição de taxas nem remodelamos os parques industriais. A atividade económica não é ajudada. -----*

*Não baixamos a factura da água nem revemos as taxas municipais para ficarem mais amigas da família. Famílias com menos apoio quando mais precisam. -----*

*Não criamos uma rede social robusta, não executamos as reabilitações no parque habitacional. Os mais pobres continuam a não ser prioridade. -----*

*Não acabamos de uma vez com o mau estado das nossas estradas nem melhoramos a rede de transportes. Quem menos tem, tem mais dificuldades. -----*

*Um orçamento com opções erradas é um orçamento que merece ser chumbado. -----*

***As principais soluções para o futuro são adiadas. -----***

*Continuamos sem ter verbas uma agência de apoio e captação de investimento, o que significa que vamos continuar a ver os concelhos vizinhos a atrair empresas e empregos que poderiam ser criados aqui. Como podemos manter e captar população assim? Futuro adiado. -----*

*Continuamos sem ter qualquer investimento em ambiente, o que significa que vamos continuar a ser a segunda cidade do país que menos investe em sustentabilidade. Como podemos ter um concelho mais sustentável assim? Futuro adiado. -----*

*Continuamos sem ter uma revisão de todas as tarifas e taxas pagas pelos munícipes, o que significa que não temos tarifas e taxas amigas da família, que tenham em conta os consumos per capita ou o número de filhos. Futuro adiado. -----*

*Continuamos sem ter verbas para a real alteração do PDM, um dos mais antigos do país, o que significa que estamos estagnados do ponto de vista do planeamento urbano. Como podemos ter uma melhor cidade assim? Futuro adiado. -----*

*Continuamos sem ter verbas para uma Estratégia Municipal de Turismo, o que significa que vamos continuar passivamente à espera que os turistas cheguem ou a investir em telenovelas. Futuro adiado. -----*

*Continuamos sem dinamizar os nossos centros históricos, o que significa que vamos deixando abandonar os espaços comerciais e cívicos das nossas memórias. Futuro adiado. -----*

*Um orçamento sem soluções de futuro é um orçamento que merece ser chumbado. -----*

***As contas não batem certo. -----***

*Por não estarem, como deviam, publicadas no site da CMC as contas de 2020 nem o orçamento de 2021, não podemos perceber qual o motivo de estarem registadas nas contas previsionais de 2021 um valor de Provisões de 7 milhões de euros, quando o orçamento refere expressivamente que não há responsabilidades contingentes. -----*

*A que se refere o valor de 7 milhões de euros? -----*



*O mapa de recursos humanos refere a necessidade de contratação de 140 novos trabalhadores, mas o orçamento reflecte uma diminuição de 9,4% da rubrica Despesas com Pessoal, o que é incoerente e desfasado da realidade. -----*

*O valor das Despesas com Pessoal no orçamento de 2021 ascendia a 13.524.945 €, para um total 811 postos de trabalho (611 ocupados e 200 por ocupar). -----*

*No entanto, quando comparado com a proposta do quadro de pessoal para 2022, verificamos que existem 651 postos de trabalho ocupados e 140 postos de trabalho por ocupar (necessidade), ou seja, um total de 791 postos de trabalho. -----*

*Assim, comparando com o valor previsto em 2021, em termos proporcionais, verificamos que existe um diferencial de cerca de 1 milhão de euros ( $13.524.945 / 811 \times 791 = 13.191.407,52$  €) relativamente à dotação para o ano de 2022 que ascende a 12.253.050 €. Como se justifica? -----*

*Ao contrário do que manda a Lei, não foram apresentados os orçamentos das entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município, pelo que existe uma omissão de tais informações que deveriam, obrigatoriamente, ser apresentadas a este órgão. Porque não foram? -----*

*Um orçamento que não bate certo é um orçamento que merece ser chumbado.” -----*

**- Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “É sintomático que o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, quando quer afirmar que o PCP diz sempre a mesma coisa, use sempre as mesmas palavras que, por sinal, são iguais ao do seu antecessor. -----

Não custa nada a aceitar que não há um único novo projeto em 2022 inscrito neste Orçamento. -

Não custa nada perceber que é possível fazer melhor. -----

Não custa nada perceber que o Orçamento pode estar melhor apresentado: objetivo, projeto, ação; que as Freguesias precisam de resposta específicas. -----

Apresento-lhe aqui catorze investimentos que a Freguesia teve na reunião com o Senhor Vereador e o Senhor Presidente responde-me que venho sempre dizer a mesma coisa?! Falei-lhe nestes catorze no Orçamento do ano passado ou no Orçamento de 2017?! -----

É por estas e outras razões que votámos contra.” -----

### **2.3- ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO A RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES, AFETADAS POR INCÊNDIOS DE GRANDES DIMENSÕES NO MUNICÍPIO DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de dezembro de

2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 7318 de 2021.12.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes: -----

- **Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD):** “Em representação da bancada do PSD, gostaria de louvar o esforço feito no estabelecimento de regras e critérios para a atribuição de apoios à reconstrução de habitações danificadas na sequência dos incêndios no município. -----

De louvar também o reconhecimento de lacunas na redação deste primeiro Regulamento e tentativa, aqui em análise, para a sua resolução. De facto, parece-nos quase caricato que tenha sido aprovado em 2020 um regulamento que visa a assistência a perdas ocorridas 3 anos antes, mas que simultaneamente inclua a proibição de retroatividade. -----

Assim sendo, e após análise detalhada da proposta aqui apresentada, saliento alguns pontos que considero que carecem de atenção redobrada e até alguns reajustes. -----

No que concerne ao ponto 3 do artigo 1.º, elogiar a inclusão de incêndios que extrapolem os valores normais para o concelho da Covilhã, podendo ser considerados incêndios de grandes dimensões ainda que fora dos critérios estabelecidos pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Questionamos o facto deste ponto estar dependente de deliberação da Câmara Municipal e sem qualquer referência a critérios que criem a mesma. Terão então em conta o número de habitações afetadas? Mantêm em consideração os hectares de área ardida? Ou farão apenas a análise para ser mais conveniente para cada situação? -----

Passando ao ponto 2 do artigo 2.º, é mencionado que o apoio abrange as obras de reconstrução e conservação, mas exclui o apetrechamento das habitações com qualquer equipamento. Qual é a justificação para a exclusão de equipamentos essenciais nestes apoios? Pressupõe-se que uma pessoa necessita de apoios monetários para reconstruir a sua habitação, mas terá condições económicas para a aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios imprescindíveis para a sua sobrevivência nessa mesma habitação? -----

Pelo exposto, consideramos pertinente incluir aqui o apoio na aquisição de equipamentos essenciais quando verificada clara debilidade financeira. Sugerimos, como valor para esta classificação, o rendimento mensal líquido de 500 euros, tendo em conta o indexante dos apoios sociais, mas também a existência de membros no agregado familiar com incapacidade ou deficiência que represente despesas avultadas para a família. À semelhança do previsto noutros pontos deste Regulamento, recomendamos a fixação do montante máximo para aquisição destes bens. -----

Ainda no artigo 2.º, mas desta feita atendendo ao ponto 3, questiono a razão de incluir neste Regulamento o apoio à reconstrução de habitações de uso temporário. O historial e a geografia do nosso concelho tornam-nos bastante vulneráveis a acontecimentos trágicos como os vivenciados no Verão de 2017. -----

As contas da Câmara Municipal da Covilhã, e tal como espelhado neste Regulamento, não permitem o apoio integral para a reconstrução de habitação de uso permanente. Ainda assim consideram que o apoio à reconstrução da habitação que deixa uma família desalojada deverá ter prioridade semelhante àquele prestado para a reconstrução de uma casa onde alguém habita apenas temporariamente. -----

Quanto aos limites do valor do apoio explanados no artigo 6.º, questionamos o racional para definir como limite o correspondente a 40% do valor referente às obras. -----

Mais uma vez destacamos a ausência de critérios diferenciadores na atribuição dos apoios e sugerimos o escalonamento com base na condição socioeconómica dos lesados. Recomendamos novamente o recurso ao IAS para estes cálculos e sugerimos o apoio no valor integral das obras até ao máximo estipulado nos casos de clara debilidade financeira segundo o previamente descrito. -----

Nos restantes casos, propomos novamente o apoio escalonado consoante o valor do património imobiliário do lesado e sugerimos novamente o recurso ao IAS e à forma como são calculados outros subsídios. -----

Por último, manifestamos a nossa preocupação quanto ao aditamento do artigo 17.º. É defendida a aplicação do presente Regulamento aos danos resultantes de incêndios de grandes dimensões que ocorram posteriormente à sua entrada em vigor, acrescentando depois que será aplicável aos danos resultantes do incêndio de grandes dimensões que ocorreu em 2017. -----

Causa-nos alguma estranheza o empenho em apoiar a reconstrução de habitações volvidos praticamente 5 anos desde o início de 2017, ao mesmo tempo que se excluem eventuais danos entre 2018 e 2021 para retomar os apoios para danos resultantes de incêndios posteriores a 2022.

Sugerimos aqui que possa ser tomado como ponto de partida o ano de 2017, conforme existência manifestada, mas que sejam passíveis de apoio eventuais danos existentes desde aí, não excluindo qualquer período. -----

Sem mais a acrescentar, resta-me apenas antecipar os comentários que referem a disponibilização da presente alteração previamente a esta Assembleia, sem que tenham sido feitas sugestões da parte da Oposição. Já sabemos que tem sido o argumento sempre apresentado como resposta às questões que aqui expomos.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “Esta alteração pretende alterar os artigos 1.º a 4.º, 6.º a 7.º e as epígrafes dos artigos 13.º e 16.º e aditar o artigo 17.º a este Regulamento. -----

Verdadeiramente novo são apenas as alíneas c) e d) do artigo 7.º relativas à necessidade de ser apresentado pelo interessado o comprovativo de existência e acionamento de seguro e a declaração de inexistência de outros apoios públicos de idêntica natureza e fim. -----

As restantes alterações são inócuas ou alterações não de conteúdo, mas sistemáticas (por exemplo: o que era n.º 2 de um artigo passa a ser o 3 de outro). -----

Não havendo necessidade absoluta de acomodar tantas alterações, a pergunta que faço é: por que razão não se optou apenas por alterar o que era necessário, ou seja, os efeitos retroativos de modo a abranger o grande incêndio de 2017? -----

Pretende este Regulamento dissipar dúvidas. É o que consta aliás do texto inicial do mesmo. Mas, desta forma, apenas se criou uma série de dúvidas e um processo que se queria transparente torna-se obscuro. -----

Bem mais fácil teria sido explicar apenas que o Regulamento aprovado em 2020 não estava elaborado para produzir efeitos retroativos e que havia danos decorrentes do incêndio de 2017 que é preciso acautelar. -----

Há danos por reparar relativamente a esse incêndio? Há pedidos que não puderam ser apreciados porque este Regulamento não previa os efeitos retroativos? Porque não dizer isso frontalmente?!

Se há danos por reparar que se enquadram neste Regulamento, não teria sido mais fácil e mais transparente dizer isso mesmo e alterar apenas nesse sentido?! -----

Assim, em vez de dissiparem dúvidas como refere o projeto de alteração, criaram-se dúvidas à volta deste assunto. Criou-se uma aura de incertezas que não é desejável e que ninguém sai beneficiado com isso.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio a Reconstrução de Habitações, Afetadas por Incêndios de Grandes Dimensões no Município da Covilhã foi a mesma aprovada por maioria, com 25 votos a favor (PS, Dr. Vasco júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”) e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de: Ferro, Peraboa, Orjais, Barco e Coutada e Peso e Vales do Rio) e 8 abstenções (PPD/PSD e CDS-PP).*** -----

Não votaram por não se encontrarem presentes no Auditório os Senhores: Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP); Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS); Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS); e os Presidente das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Cortes do Meio, Dominguizo, Tortosendo, Unhais da Serra, Covilhã e Canhoso e Teixoso e Sarzedo. ----

## **2.4- CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE PERABOA – AQUECIMENTO ESCOLAR – ANO LETIVO 2021/2022**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de dezembro de

2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 7314 de 2021.12.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa – Aquecimento Escolar – Ano Letivo 2021/2022** foi a mesma **aprovada por maioria, com 30 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”) e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de: Ferro, Peraboa, Orjais e Tortosendo) e 2 votos contra (PCP).** -----

**Não votaram por não se encontrarem presentes no Auditório os Senhores: Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP); Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS); Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS); e os Presidente das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Cortes do Meio, Dominguizo, Tortosendo, Unhais da Serra, Barco e Coutada, Covilhã e Canhoso e Peso e Vales do Rio.** -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Já cá tinha vindo este protocolo de delegação de competências em anteriores Assembleias. Vem agora para esta Freguesia. Não tem a ver com a Freguesia em concreto, mas tem a ver com o modelo que já dissemos que não concordamos com ele. Não faz sentido a Câmara Municipal passar 2 mil euros para a Freguesia para a Freguesia pagar 2 mil euros a um fornecedor quando podia haver um contrato até mais favorável, em termos de contratação pública de tudo aquilo que é necessário em termos de combustíveis.” -----

## **2.5- CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE SÃO JORGE DA BEIRA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de dezembro de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 7317 de 2021.12.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Tanto relativamente a este ponto como ao ponto seguinte, sabemos que as duas juntas de freguesia não assinaram os autos de transferência de competências por razões diversas e a pergunta muito concreta que fazemos é se os serviços ou o Senhor Presidente nos pudessem elucidar sobre qual foi a base dos valores que aqui são apresentados. Se são de acordo com aquilo que era o acordo de execução de 2017/2021 ou relativamente ao auto de transferência de competências que o conjunto das restantes freguesias assinaram ou se eventualmente outros valores.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que estavam a discutir este assunto exatamente “porque os respetivos presidentes à época não assinaram os autos e, por isso, os trazemos aqui segundo os critérios de 2017/2021.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de São Jorge da Beira para o período de vigência do presente contrato, de janeiro a abril de 2022 foi a mesma aprovada por maioria, com 32 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”) e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de: Ferro, Peraboa, Orjais e Tortosendo) e 3 abstenções (PCP).*** -----

**Não votaram por não se encontrarem presentes no Auditório os Senhores: Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS); e os Presidente das Juntas/Unões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Cortes do Meio, Dominguiço, Unhais da Serra, Barco e Coutada, Covilhã e Canhoso e Peso e Vales do Rio.** -----

## **2.6- CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE FERRO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de dezembro de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 7315 de 2021.12.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Ferro para o período de vigência do presente contrato, de janeiro a abril de 2022** foi a mesma **aprovada por maioria, com 32 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”) e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de: Ferro, Peraboa, Orjais e Tortosendo) e 3 abstenções (PCP).** -----

**Não votaram por não se encontrarem presentes no Auditório os Senhores: Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS); e os Presidente das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Cortes do Meio, Dominguizo, Unhais da Serra, Barco e Coutada, Covilhã e Canhoso e Peso e Vales do Rio.** -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Não ficámos devidamente esclarecidos sobre a pergunta que efetuámos e parece-nos que os valores que foram contratualizados com as juntas de freguesia na altura não estão de acordo com aquilo que são os valores que agora aqui vieram. Ficou também por esclarecer porque é que o acordo é só até abril de 2022 e por isso nos abstivemos.” -----

## **2.7- CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE TOPONÍMIA – MANDATO 2021/2025 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de dezembro de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho da Covilhã, através do ofício n.º 7046 de 2021.12.06 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma lista do Partido Socialista a propor a Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes. **(Doc. 22)** -----

- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de votantes	35
- Número de Votos a favor	19
- Número de Votos Contra	0
- Número de Votos Brancos	14
- Número de Votos Nulos	1

**Não votaram por não se encontrarem presentes no Auditório os Senhores: Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS); e os Presidente das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Cortes do Meio, Dominguizo, Unhais da Serra, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso e Peso e Vales do Rio.** -----

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã **elegeu como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Toponímia a Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes.** -----

### **3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Não houve inscrições para intervenção do público. -----

### **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão eram vinte horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,